



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS

GLAUCIANE TAVARES NASCIMENTO

ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIAS:
professores paraibanos em Roraima (1970 – 1990)

Boa Vista, RR

2016

GLAUCIANE TAVARES NASCIMENTO

**ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIAS:
professores paraibanos em Roraima (1970-1990)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF, da Universidade Federal de Roraima, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Fronteiras.
Área de Concentração: Sociedade e Fronteiras na Amazônia. Linha de pesquisa II – Fronteiras e Processos Socioculturais.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Ferreira de Souza.

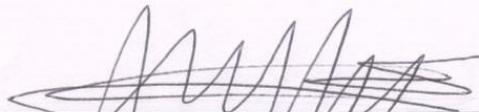
Boa Vista, RR

2016

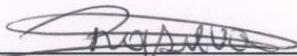
GLAUCIANE TAVARES NASCIMENTO

ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIAS: professores paraibanos em Roraima.

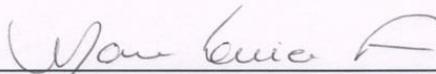
Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, da Universidade Federal de Roraima. Área de concentração: Sociedade e Fronteiras na Amazônia. Defendida em 30 de junho de 2016 e avaliada pela seguinte banca examinadora:



Prof. Dr. Alfredo Ferreira de Souza
Orientador - PPGSOF - UFRR



Prof.ª Dr.ª Raimunda Gomes da Silva
Membro Externo - UERR



Prof.ª Dr.ª Maria Luiza Fernandes
Membro Interno - UFRR

À minha querida mãe, Nazareth Nascimento; ao meu pai, Luiz Nascimento, pessoas fundamentais na minha formação pessoal, alicerces que garantiram minha educação e o meu sucesso enquanto profissional; ao meu marido, Heliano Júnior e, aos meus filhos, Hanna Tavares e João Vítor Tavares.

Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais que, mesmo distantes, sempre me apoiaram sem medir esforços e que, nos momentos difíceis, sempre surgiram como exemplo de vida e me conduziram sabiamente ao caminho destinado para o melhor viver.

Ao meu marido e aos meus filhos pela compreensão que tiveram em relação às minhas angústias e à minha ausência dada pelo desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores do Mestrado Dr. Antônio Tolrino de Rezende Veras, Dr. Fábio Almeida de Carvalho, Dr. Felipe Kern Moreira, Dra. Maria Luíza Fernandes, Dra. Ana Lúcia de Sousa, Dra. Carla Monteiro de Souza, Dra. Lêda Martins, Dra. Marisa Barbosa Araújo, Dr. Malheiros que, no ministério de suas aulas, proporcionaram momentos de reflexão, ampliando minha visão crítica.

Agradeço, em especial, ao professor Dr. Alfredo Ferreira de Souza, por me receber de braços abertos, orientando-me, incentivando-me e, acima de tudo, compreendendo a situação difícil em que eu me encontrava, mostrando-me possibilidades e conduzindo-me à dissertação final.

Aos meus colegas de turma pelo apoio e força dada nos momentos mais difíceis desta jornada.

Aos entrevistados Paulo Xaud, Dona Meire Saraiva, Luiz Darlen, Leogete Joca da Costa, e todos os outros que tiveram seus nomes dados no anonimato pelos motivos mais diversos, mas que, ainda assim, não deixaram suas vozes esquecidas no silêncio. As narrativas de todos eles foram imprescindíveis para a realização deste trabalho.

Aos meus alunos do Colégio de Aplicação/UFRR, turmas 2221 e 2222, (2015) que compreenderam o meu afastamento temporário em detrimento desta

pesquisa, e que, ao encontrá-los pela cidade, sempre me cumprimentaram com graça e me deram forças para prosseguir.

Às minhas colegas de trabalho Nathália Barroncas da Fonseca e Luíza Yasmim Silva Garcia por cuidar dos meus alunos, assumindo minhas turmas, enquanto estive debruçada sobre este trabalho.

Agradeço, por fim, à banca examinadora deste trabalho.

“Tudo é considerado impossível até acontecer.”
(Nelson Mandela)

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo verificar como se deu o processo de migração dos professores paraibanos para Boa Vista- RR, decorrente das políticas públicas, estabelecidas a partir da transformação do Território em estado de Roraima, iniciada no final dos anos 1970 e 1980. Durante toda a história da formação territorial de Roraima, pode-se observar a importância do papel dos processos migratórios na composição sociocultural do território. Para tanto se utilizou como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental, como fontes de historicidade, bem como aplicação da técnica entrevista para coleta de dados preservados na memória e imaginário dos atores principais no processo de ampliação da rede educacional em Roraima: os professores. Foi possível perceber, ao findar da pesquisa, que a política de atração de migrantes para Roraima tem origens ainda no período colonial, século XIX, porém, se intensificou nas décadas de 1970 e 1980, quanto aos profissionais da educação, desencadeando-se em três grandes ondas migratórias, influenciadas pelos professores colonos, sobretudo paraibanos, seguindo uma tendência à época de fuga do Nordeste rumo ao Norte brasileiro. Aponta-se ainda que tais migrações foram motivadas pelas condições impostas pela “seca” no Nordeste e por interesses políticos locais, impactando o fazer educacional na égide do estado de Roraima.

Palavras-chave: Migração. Paraíba. Roraima. Educação. Professores.

ABSTRACT

During the entire history of territorial formation of Roraima can be noted the importance of the role of migratory processes in the socio-cultural composition of the territory. The present research aimed to verify how the migration process of Brazilian teachers for Falkirk as a result of public policies, established from the transformation of the territory in Roraima State, started in the late 1970 and 1980. For both if used as bibliographic and documentary research methodology, as sources of historicity, as well as application of interview data collection preserved in memory and imagination of the main actors in the process of expanding the educational network in Roraima: teachers. It was possible to perceive, at the end of the survey, that the policy of attracting migrants to Roraima has origins still in the colonial period, the 19th century, but which intensified during the 1970 and 1980 with education professionals, setting off into three big migratory waves influenced by teachers, especially Brazilian settlers, following a trend at the time to escape from the Northeast heading north. Points out that such migrations were motivated by the conditions imposed by the "dry" in the Northeast and by local political interests, impacting the do educational umbrella of the State of Roraima.

Keywords: Migration. Paraíba. Roraima. Education. Teachers.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Ciclos Políticos nas Terras Roraimenses.....	34
FIGURA 2 - Migração em Roraima: Propulsão X Atração	38
FIGURA 3 - Evolução da Organização Política de Roraima (1955).....	40
FIGURA 4 - Evolução da Organização Política de Roraima (1982).....	41
FIGURA 5 - Evolução da Organização Política de Roraima (1995).....	42
FIGURA 6 - Fluxo Migratório da Paraíba à Roraima.....	46
FIGURA 7 - Ondas Migratórias de Professores Paraíba-Roraima	47
FIGURA 8 - Entrevistado Paulo Roberto Xaud	58
FIGURA 9 - Entrevistada Maria Meire Saraiva	60
FIGURA 10 - Entrevistado Luiz Darlen da Silva Cavalcante	62
FIGURA 11 - Entrevistada Maria Leogete Joca da Costa	63
FIGURA 12 - Entrevistado Laymerie de Castro Ramos	64
FIGURA 13 - Fases de Recrutamento de Professores Migrantes	79

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Ciclos de Políticas de Migração em Roraima.....	36
QUADRO 2 - População Residente e Imigração Interestadual - Norte.....	37

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CAPÍTULO 1: MIGRAÇÃO: POR UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR	18
2.1	AS LEIS DE MIGRAÇÃO DE RAVENSTEIN À LEE	20
2.2	TEORIAS SOBRE MIGRAÇÃO: ASPECTOS MICROSSOCIOLÓGICOS	25
3	CAPÍTULO 2: POLÍTICAS DE ATRAÇÃO DE PROFESSORES MIGRANTES PARAIBANOS PARA RORAIMA	32
3.1	MIGRAÇÃO INTERESTADUAL	35
3.2	AS FASES MIGRATÓRIAS	37
3.3	A MIGRAÇÃO E AS IMPLICAÇÕES NO “SURGIMENTO” DE NOVOS MUNICÍPIOS	39
4	CAPÍTULO 3: SUJEITOS E MEMÓRIAS: apresentando os protagonistas	50
4.1	SUJEITOS E MEMÓRIAS: abrindo caminhos e possibilidades para contar e recontar a história.....	54
5	CAPÍTULO 4: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM RORAIMA: o lugar dos professores paraibanos	66
5.1	CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO CONTEXTO POLÍTICO EM RORAIMA (1980-1990)	66
5.2	EDUCAÇÃO EM RORAIMA (1970- 1980): memórias de Laymerie Ramos	67
5.3	EDUCAÇÃO EM RORAIMA: memórias de Paulo Roberto Xaud	69
5.4	A INFRAESTRUTURA DO ESTADO E AS POLÍTICAS DE ATRAÇÃO	73
5.5	UMA NOVA DIREÇÃO: O Projeto Escola Viva	75
5.6	A VIDA EM RORAIMA: os professores paraibanos	79
5.7	VIVENCIANDO A HISTÓRIA: da Paraíba à Roraima	80
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
	REFERÊNCIAS	90

1 INTRODUÇÃO

Durante toda a história da formação territorial, podemos observar a importância do papel dos processos migratórios na composição sociocultural de um território, sendo esse um assunto de extrema importância para as pesquisas na atualidade.

Outros aspectos, dados a partir deste tema, têm sido postos em evidência na realização de novas pesquisas e se multiplicado pelo universo acadêmico na tentativa de compreender o fenômeno complexo que se dá a partir do momento em que o indivíduo migra.

Assim sendo, para entendermos o processo ocasionado em detrimento do fenômeno migratório, o Capítulo 1, *Migração: por uma abordagem interdisciplinar*, surge com a finalidade de apresentar as teorias migratórias de Ravenstein à Lee (Aspectos Microsociológicos), as contribuições de Weber, da Escola Neoclássica, a Teoria de *Push-Pull* e do Capital Humano. Com base nestas teorias, esta pesquisa foi realizada a fim de mostrar como se deu o processo migratório dos professores paraibanos para Boa Vista-RR, decorrente de políticas públicas estabelecidas a partir da transformação do Território em estado de Roraima, iniciada no final dos anos 70.

A migração dos professores paraibanos desencadeou uma série de mudanças em Roraima, nas políticas públicas destinadas ao desenvolvimento socioeconômico do estado, e é claro, nos indivíduos (*daqui e de lá*), sobretudo, nos professores migrantes que se aventuraram para um lugar tão distante de suas raízes à procura de melhores condições de vida oferecidas pelas forças políticas da época, assunto tratado no Capítulo 2: *Políticas de Atração de professores Migrantes Paraibanos para Roraima*.

Para reconstruir a história, fizemos uso, além do quadro conceitual, de narrativas orais (entrevistas semiestruturadas, gravadas) de ex-funcionários que foram responsáveis pela contratação de professores, de técnicos da educação em geral, de professores paraibanos migrantes residentes em Boa Vista- RR e de professores que retornaram ao seu local de origem. Todos estes surgiram como testemunhas da formação do estado ao reconstruir a sua trajetória de vida, o que possibilitou relacionar a história individual e coletiva, da Paraíba à Roraima. Estes sujeitos são apresentados no Capítulo 3: *SUJEITOS E MEMÓRIAS: apresentando*

os *protagonistas*, onde, também, é ressaltada a importância da memória, despertada através das entrevistas orais. Tal uso é justificado pelo conceito dado por Bakhtin que vem ressaltar a importância da palavra expressa, pela qual o ser toma consciência e elabora a concepção de mundo, o entendimento de si e dos outros, pois, inserida em seu contexto social, ela perpassa os elementos indispensáveis à sobrevivência de uma comunidade, na medida em que vão sendo transmitidos os valores que a regem, aproximando os vários indivíduos, reforçando os laços familiares e comunitários, criando redes sociais, promovendo a resolução de conflitos latentes, possibilitando, enfim, uma reflexão acerca das ações tomadas por este (BAKHTIN, 2004).

E, para percebermos a devida importância do papel dos professores migrantes paraibanos, no Capítulo 4: *História da Educação em Roraima: o lugar dos professores paraibanos*, buscamos ressaltar nas narrativas a questão da migração como fator marcante e propulsor das alterações no comportamento tradicional do migrante numa concepção ligada à cultura e às práticas simbólicas, como contribuintes para uma nova visão de mundo, conhecimento e reconhecimento de si.

Em tais entrevistas, buscamos descrever, além da trajetória de vida, o cotidiano, a cor, o cheiro, e os sabores dados às vivências protagonizadas nesse deslocamento, pois “mediadas pela memória, muitas entrevistas transmitem e reelaboram vivências individuais e coletivas dos informantes com práticas sociais de outras épocas e grupos” (AMADO, 1995, p.133).

A migração de professores paraibanos veio possibilitar o desenvolvimento do quadro educacional, em Roraima, ao suprir a carência de mão-de-obra, dada pela falta de qualificação profissional/acadêmica, no período marcado pela transição do Território/Estado de Roraima (final dos anos 70 e anos 80), para exercer o ministério de aulas nos segmentos mais elevados, em disciplinas específicas.

A década de 90 também registrou um importante avanço no quadro funcional da educação dado pelas redes sociais criadas através dos contatos estabelecidos pelos primeiros que por aqui se aventuraram.

A primeira *justificativa* para a presente pesquisa, de caráter científico, configura-se pela incipiente atuação do corpo científico, no âmbito da influência das migrações nordestina com destino à Roraima, mais especificamente, dos professores paraibanos, que motivou os fluxos e as territorialidades que se desencadearam, entre outros pontos de investigação latentes.

Muitos são os trabalhos no âmbito acadêmico que trabalham com a migração, sejam eles de cunho quantitativo ou qualitativo. Na maioria deles, o fator econômico tem aparecido como principal elemento desencadeador do processo migratório. No entanto, em Roraima, podemos detectar outros elementos entrelaçados ao econômico, perpassando a maioria do enfoque dado aos estudos já realizados. São questões que envolvem poder e estratégias políticas que vieram à tona no final dos anos 70 e início dos anos 80, com a necessidade de transformar o então Território de Roraima em estado. Vale ressaltar que são estas novas motivações que destacamos em nossa pesquisa.

A justificativa de caráter secundário exprime-se pelo caráter fenomenológico dos fluxos de migrantes entre a Paraíba e Roraima, na perspectiva educacional que acabou afetando e sendo afetada por outras demandas, como a política, a questão social e a econômica. Assim, o presente trabalho tem suma importância social, pois esta revela uma parte da história da constituição do estado de Roraima ainda desconhecida.

Vale ressaltar que esta pesquisa tornou-se viável porque foram encontrados sujeitos que vivenciaram esta época e que se disponibilizaram a participar com informações que possibilitaram recontar a história. São professores migrantes, funcionários da educação em geral e pessoas que ocuparam cargos de confiança e que, de uma forma, ou de outra, contribuíram para a formação e desenvolvimento do estado.

Tais pessoas surgiram como portadores de um conhecimento ainda não encontrado em fontes bibliográficas, como fonte de historicidade, pois estes carregam em sua memória uma história que é também a história de muitos outros, o que nos instigou a querer investigar ainda mais profundamente como se deu a inserção destes migrantes em Boa Vista, assim como o papel desempenhado por eles na formação do estado.

Ao perceber a importância dos professores paraibanos na constituição desta região, fez-se necessário o estudo deste processo migratório a fim de compreendermos mais detalhadamente como estes se inseriram nesse novo cenário, criaram redes sociais, como ajudaram na construção do estado de Roraima e desenvolvimento da cidade de Boa Vista, ao passo em que se socializaram com novos grupos, como reconstruíram suas identidades, como romperam com determinados valores e com as tradições e experiências vividas na Paraíba.

Por conseguinte, como já colocado, os estudos que abordam o tema das migrações têm ganhado atenção especial na pesquisa social, e, em Roraima, ainda mais, por este local se apresentar como espaço multicultural ao receber migrantes das mais diversas regiões do país, o que nos possibilitou contribuir com a produção acadêmica, ao elaborar um trabalho de importância social que desvendou os bastidores políticos da época.

A justificativa terciária, de caráter particular, foi configurada por interesses pessoais acerca da temática migração e educação, despertados ao chegar nesta região, ao estabelecer contato com as escolas do estado, encontrando um número elevado de professores paraibanos compondo o quadro educacional. Tal processo foi de grande relevância para a conjuntura da vida profissional e pessoal relativa à temática explanada. Ademais, enquanto migrante, paraibana e professora, a autora se encontra inserida no cenário que ora se apresenta neste estado, mas especificamente em Boa Vista, sendo, também, responsável pelo desenvolvimento desta sociedade.

É importante destacar que, segundo nossa pesquisa, atualmente, Boa Vista, continua recebendo muitos professores paraibanos, o que nos indica que ainda há motivos que continuam impulsionando a migração Paraíba/Roraima, portanto, há de se questionar, também, quais fatores têm impulsionado este (novo) interesse em migrar.

Nesta conjuntura elenca-se a problemática que norteou a presente pesquisa: Quais os fatores que levaram os professores paraibanos a deixarem sua terra e como as mudanças ocasionadas em detrimento da migração influenciaram na construção do estado de Roraima?

Para responder a esta pergunta e alcançarmos o nosso objetivo, buscamos identificar as políticas públicas relacionadas à migração estabelecidas para desenvolver o espaço roraimense, que desencadearam o fluxo migratório e reterritorializaram o migrante professor paraibano, assim como, a formação de redes sociais constituídas a partir do fluxo deste.

Para este estudo, utilizamos entrevistas semiestruturadas de ex-funcionários que foram responsáveis pela contratação de professores, técnicos da educação da atualidade e professores paraibanos migrantes residentes em Boa Vista – RR, que testemunharam as mudanças na formação do estado ao construir sua trajetória de vida.

Em tais entrevistas buscamos descrever, além da trajetória de vida, o cotidiano, a cor, o cheiro, e os sabores dados às vivências protagonizadas nesse deslocamento, pois “mediadas pela memória, muitas entrevistas transmitem e reelaboram vivências individuais e coletivas dos informantes com práticas sociais de outras épocas e grupos” (AMADO,1995, p.133).

As palavras, por mais isoladas que pareçam, trazem de fato, uma multidão de vozes que ali ecoam. Cada um que lê uma história pensa ser a sua própria história e encontram refletidas nas palavras do texto lido suas próprias emoções, sentimentos, verdades e visão de mundo.

Para que tomássemos ciência do papel e da história dos professores migrantes paraibanos, foi ressaltada, nestas entrevistas, também, a questão da migração como fator marcante propulsor das alterações no comportamento tradicional do migrante numa concepção ligada à cultura e às práticas simbólicas, como contribuintes para uma nova visão de mundo, conhecimento e reconhecimento de si.

A análise das entrevistas obedeceu ao seguinte critério: as questões de ordem qualitativa foram selecionadas quanto aos depoimentos mais significativos que corresponderam aos objetivos desta pesquisa, a fim de se obter “a necessária compreensão e o conhecimento do/no campo para não cair no fetiche e nas falsas questões que as estatísticas podem apresentar” (OLIVEIRA, 2001, p. 27).

Portanto, essa pesquisa se apoiou na abordagem do real, esforçando-se para compreender o fato da historicidade humana, por analisar a prática efetiva do professor migrante paraibano, valorizando a memória: as lembranças de infância do seu lugar de origem, a experiência da migração para Boa Vista, o processo de adaptação, a aquisição de novos hábitos, o enfrentamento de novos desafios, a descoberta de novas habilidades, a formação de redes sociais, enfim, a inserção e reconstrução de sua identidade, dada a objetividade territorial do lugar, porque os entrevistados viveram e vivem, *o* e *no* espaço local; eles contribuíram e contribuem na recuperação de um passado presente, assim como na construção da sociedade em que se encontram inseridas. Todas as informações de cada ator social e a análise dos órgãos em estudo foram aspectos considerados nesse nível de interpretação.

2 CAPÍTULO 1: MIGRAÇÃO: POR UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

O presente capítulo pretende discutir as principais teorias a respeito dos fluxos migratórios tendo como base a interdisciplinaridade, haja vista o número de estudos que abordam o assunto, entretanto, de maneira isolada.

Atualmente, a disciplina que, talvez, tenha dado mais atenção ao fenômeno migratório seja a geografia pelos elos comuns com o espaço. Foram e/ ou são os geógrafos que têm buscado contribuições em teorias de outras ciências sociais, o que vêm, talvez, lançando luz à situação dos estudos que se referem ao tema.

De acordo com Massey, este estudo fragmentado surge a partir das diferenças existentes entre os teóricos que estudam as migrações relacionadas a quatro dimensões básicas. A primeira delas refere-se à abordagem dada: sincrônica ou diacrônica (histórica). A segunda diz respeito ao *locus* do migrar, numa perspectiva estrutural ou a partir do indivíduo. A terceira está ligada ao nível de análise pretendida (ator, residência, comunidade, etc.). E a quarta diz respeito à ênfase dada às causas ou efeitos ocasionados através do ato de migrar (MASSEY, 1990).

Como resultado “o nosso conhecimento teórico sobre a migração é incompleto e incorreto, fornecendo bases fracas para a pesquisa e políticas públicas” (MASSEY, 1990, p. 4). Na sequência, o autor destaca a necessidade de elaboração de uma teoria sobre as migrações que incorpore os vários níveis de análise.

O fato de não haver muitos estudiosos em disciplinas específicas traz vantagens à interdisciplinaridade. Pelos poucos dados existentes, aumenta o número de teóricos que buscam fazer análises sobre as migrações em diversas perspectivas o que tem trazido grandes benefícios.

Nikolinakos declara a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, ao colocar que o estudo sobre as migrações pode e deve ser feito sobre diversos aspectos o que seria uma grande vantagem, pois as disciplinas enriqueceriam, mutuamente, ao contribuir com seus diversos olhares para o fenômeno migratório (NIKOLINAKOS, 1975).

Barbieri, ao analisar as relações que desencadearam fluxos migratórios relacionados ao uso da terra e à degradação ambiental, também percebeu o quanto

é pequena a existência de teorias que se referem às migrações e propõem uma análise escalar a fim de analisar o fenômeno migratório. Para ele, tais fluxos davam-se:

... tanto por fatores relacionados à dinâmica dos ciclos de vida pessoal e domiciliar e motivações ou aspirações pessoais quanto por uma diversidade de fatores contextuais especialmente relacionados à comunidade local, à mudanças estruturais no país, à agenda política (ou geopolítica) e à infraestrutura de transportes e comunicações (BARBIERI, 2007, p.226).

Outra dificuldade elencada por Barbieri é a de que havia pouca clareza nas definições que se referiam ao termo migração – dada como mudança permanente de residência – que a diferenciasse de outras formas como a mobilidade temporária.

Brettel & Hollifield, na introdução de sua obra, intitulada *Migration Theory: Talking Across Disciplines*, destaca as várias formas como a migração tem sido tratada por historiadores, antropólogos, demógrafos, economistas, cientistas políticos, sociólogos e especialistas em Direito. Estes autores ressaltam a necessidade de desenvolver trabalhos pautados na interdisciplinaridade haja vista que os diferentes ramos do conhecimento se aproximam um dos outros. Desta forma, eles propõem a construção de “pontes” entre as disciplinas, dada à existência de um elo entre algumas delas, e propõem, também, que sejam incorporadas outras disciplinas na discussão de aspectos que são tratados quase que de forma exclusiva por outras, a fim de que possamos obter um quadro analítico mais completo da questão migratória (BRETTEL & HOLLIFIELD, 2000).

Com base nestes preceitos, este capítulo surge, a fim de apresentar algumas das principais abordagens teóricas que se referem às migrações. Para tal, este se dividirá em três seções. Na primeira, serão apresentadas as teorias sobre as leis de migração dadas por Ravenstein e, posteriormente, reformuladas por Lee. Na segunda seção, será apresentada uma abordagem micro deste fenômeno, focada na análise do indivíduo, da família e/ou do domicílio. Na terceira, serão abordadas as teorias voltadas para o aspecto macro da migração, enfatizando os aspectos de origem e destino do migrante. Tal divisão se dará para facilitar o trabalho de conexão das diversas correntes teóricas que serão apresentadas no decorrer deste capítulo.

2.1 AS LEIS DA MIGRAÇÃO: DE RAVENSTEIN À LEE

Ao desenvolver um estudo a respeito das migrações internas da Grã-Bretanha, Ravenstein¹, em 1885, tornou-se um dos primeiros a formalizar e caracterizar uma teoria a respeito dos movimentos migratórios.

De acordo com Peixoto, com base neste feito, Ravenstein enumerou uma série de leis a fim de universalizar os deslocamentos populacionais, considerando as variáveis como sexo, condição econômica, distância, entre outras. Estas leis ficaram conhecidas como “leis da migração” (PEIXOTO, 2004).

A “lei da distância” classificava os deslocamentos como sendo de curta ou longa distância. Os de curta seriam realizados, na maioria, por mulheres e, os de longa, por homens. Tal fato dar-se-ia devido os custos, tanto de ordem material quanto psicológica, em busca de informação e adaptação, o que vinha aumentar a incerteza em relação ao local de origem.

Como resultante do processo anterior, surge uma nova lei onde o deslocamento se dava por etapas ou trechos em direção às áreas de atração dos centros a fim de reduzir os custos com o deslocamento. Para Ravenstein, os indivíduos antes de chegarem às cidades grandes, passavam por cidades de pequeno e médio porte, caracterizando a migração por estágios ou em cadeia. Nesta perspectiva, o surgimento de novas tecnologias, assim como, as novas formas de transportes, possibilitavam o deslocamento entre regiões, aumentando o fluxo migratório, inclusive, o salto de um ou outro estágio de migração, caracterizado pela passagem nas cidades menos desenvolvidas.

Cada corrente migratória, também, seria capaz de produzir uma outra inversa compensatória (correntes e contracorrentes migratórias). Segundo ele, nesta, a migração caracterizava-se pelo fluxo de movimentos de ida e vinda, ou seja, para cada grupo que se locomovesse em determinada direção (corrente) outra existiria na direção contrária, menos intensa (contracorrente), sendo representada pelo grupo dos chamados migrantes de retorno. Outra conclusão a que o autor chegou foi a de que, os naturais da cidade migravam menos que os naturais do

¹ RAVENSTEIN, E. G. (1885). As leis da migração. Traduzido de RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration. Journal of the statistical society, 47(1): 167-227. In: MOURA, H. A. (org.). Migração interna, textos selecionados: teorias e modelos de análise. Tomo 1: 19-88. Fortaleza: BNB, 1980.

campo, isto se devia ao fato de que as pessoas do campo seriam menos qualificadas profissionalmente do que as da cidade. No que se referem aos trajetos curtos, as mulheres pareciam predominar. Os homens eram os que migravam para distâncias mais longas. Os migrantes eram adultos. Quando a migração ocorria em família, raramente, estas migravam para longas distâncias.

Por fim, o meio de locomoção e o desenvolvimento da indústria e do comércio contribuíram para o aumento do fenômeno migratório. É importante, aqui, ressaltar que, apesar da melhoria nos transportes, a distância, o sexo e outros tais, Ravenstein sempre reconheceu o fator econômico como o principal impulso desencadeador dos fluxos migratórios.

Estes princípios compuseram o quadro das “leis de migração” e foram eles que passaram a embasar os estudos posteriores acerca dos fluxos migratórios, tendo como foco a expansão do sistema produtivo capitalista e a consequente mão de obra, onde a migração se deu por meio do excedente de trabalhadores em busca de melhores salários, de regiões menos desenvolvidas para centros mais dinâmicos, no que se refere à indústria e ao comércio.

Tais leis significavam, na verdade:

a necessidade do capitalismo em expansão poder contar com uma população trabalhadora, disponível ou potencial, capaz de responder prontamente aos requisitos dinâmicos do sistema produtivo. Assim, a liberação do trabalhador dos meios e produção e a venda de sua força de trabalho “livre”, a serviço do capital, constituíam condições indispensáveis a essa expansão (PACHECO; PATARRA, 1977, p. 30).

Peixoto salienta que esses modelos constituem as mesmas aspirações dos modelos neoclássicos, estatísticos, físicos e matemáticos, cujos cálculos relativos às quantidades das migrações direcionam-se aos supostos básicos da perspectiva neoclássica, como as diferenças salariais, as oportunidades de emprego, o cálculo racional do indivíduo entre permanência e mudança, os custos de um e do outro lugar e as correntes migratórias que influenciam na decisão individual (PEIXOTO, 2004). Tais deslocamentos, dados por livre e espontânea vontade, revelam o positivismo existente nestas concepções ao atuar como agente de equilíbrio econômico entre regiões. Mas, de acordo com Vainer, pensar assim, seria uma forma de ilusão, como declara ironicamente em:

Lado a lado, face a face, supostos igualmente livres e igualmente donos de seus destinos, capitalistas detentores de capital - meios de produção (ou capital - dinheiro) e trabalhadores de capital humano tomam decisões e condicionam-se no livre jogo da oferta e procura... de localizações. Qualquer decisão que vier alterar o equilíbrio será compensada por decisões reequilibradoras. E tudo se passará como no melhor dos espaços (VAINER, 1998, p. 825).

Fugindo à cientificidade, o racionalismo econômico dessa tendência teórica, baseia-se no empírico, restringindo-se, apenas, à capacidade individual de se deslocar. Salim corrobora com Vainer, ao declarar que “na ótica neoclássica, os estudos da migração pressupõem o cálculo racional e a livre decisão dos indivíduos, ou seja, a mesma lógica locacional das firmas”, onde o indivíduo age de forma racional, ao calcular os custos e benefícios do ato de migrar (SALIM, 1992).

Uma vez tomada a decisão, a relação estabelecida pelo salário dado, entre um local e outro, impulsiona o deslocamento das regiões em que o salário é inferior a migrar para outras regiões onde a remuneração é oferecida sob melhores condições, sendo, assim, chamados de fluxos de trabalho. Ravenstein apontou, ainda, em seus estudos, os fatores que atraíam (*pull factors*) ou repeliam (*push factors*) os indivíduos de determinada área.

Segundo Corbett, fatores ligados à saúde, pobreza, desemprego, perseguição política, ausência de liberdade religiosa, desastres naturais e impostos excessivos são classificados como *push factors*. Os *pull factors* são àqueles que se referem às melhorias na condição de vida, como ofertas de emprego, padrão social, segurança, relações familiares e clima (CORBETT, 2011).

Estudiosos posteriores à Ravenstein encontraram nele apoio para suas pesquisas. É o caso de Everett Lee² que, de acordo com Neto, teve seu trabalho focado nos fatores internos de atração para determinado local, destacando os impactos deste processo, ao afirmar que as variáveis relacionadas à distância, às barreiras físicas e políticas são fatores que também impedem o fluxo migratório (NETO, 2009).

Embora Lee considere os fluxos migratórios como sendo decorrentes de fatores de atração e repulsão, ele afirma que devemos lembrar a existência dos obstáculos intervenientes (distância, transporte e barreiras físicas – burocracia) e

² LEE, Everett S. (1996) – “A theory of migration”. In Cohen, Robin (Ed.) – *Theories of Migration*. Edward Elgar Publishing Company, vol.1, Reino Unido, pp.14-24.

também dos fatores pessoais (idade, relação conjugal, grau escolar, etc.) que implicam diretamente na migração (VELEZ DE CASTRO, 2008, p. 96).

Por exemplo, se na tomada de decisão pelo migrar, a estrutura familiar pode surgir como um fator decisivo onde o agregado tem um cônjuge e filhos que deseja manter em união, isto, por si só, pode ser dado como um fator que impedirá o deslocamento, pois, este desejaria, desse modo, manter a estrutura familiar original, numa questão que envolve identidade e até a cultura. Por outro lado, a existência de filhos pode surgir como um fator que motivará a migração, se este pensar que, no lugar de destino, seus filhos terão melhor oportunidade acadêmica, como indica a teoria do capital humano, ao tratar de investimentos na educação de jovens que aparece como forte motivação para as migrações de caráter individual e familiar. Dessa forma, a tomada de decisão encontra-se intimamente ligada à capacidade, à sensibilidade e à inteligência do indivíduo que diante das possibilidades que o ato de migrar lhe oferece opta ou não pela migração.

Outra questão que deve ser evidenciada é a importância dos contatos e das informações que o indivíduo dispõe sobre o local de destino. Nisto, a teoria do capital social ou das redes confere a importância do apoio de familiares e/ou amigos que já se encontram no local para onde este deseja migrar, que informam sobre os possíveis riscos decorrentes da migração e neles encontram apoio financeiro e afetividade da identidade coletiva e cultural do território de origem.

Singer corrobora com esta aceção quando declara a importância dos laços sociais (redes de familiares, amigos e conhecidos migrantes mais antigos) como fatores condicionantes para a migração. O autor diz que: “A adaptação do migrante recém-chegado ao meio social se dá frequentemente mediante mecanismos de ajuda mútua e de solidariedade de migrantes mais antigos” (SINGER, 1980, p. 240).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Póvoa-Neto enfatiza que:

A presença destas redes de contato contribui para explicar a intensidade dos deslocamentos populacionais mesmo numa situação social em que os diferenciais de renda e de condição de vida se tornam pouco perceptíveis. Tais redes se tornam forças sociais vivas, a estabelecer “pontes” entre os lugares e a permitir o fluxo de informações e de pessoas que fizeram da mobilidade geográfica a sua principal estratégia de sobrevivência (PÓVOA-NETO, 1997, p. 22).

Sasaki e Assis também salientam a importância das redes sociais, uma vez que estas se relacionam com os locais de origem e de destino, e apontam estas como elementos constituintes das análises da contemporaneidade acerca dos novos fluxos migratórios (SASAKI e ASSIS, 2000).

Pires coloca algumas questões importantes que devem ser observadas quando se refere à parcialidade das informações fornecidas pelos contatos existentes no local para onde se deseja migrar:

Na maioria dos casos os indivíduos, mesmo se migram em função de um cálculo racional de custos-benefícios, fazem-no num espaço de comparabilidade muito limitado, o que não permite relacionar o seu resultado com o critério da maximização (PIRES, 2003, p.73).

Isto significa que as informações adquiridas podem surgir como um entrave ao sucesso, uma vez que, nem todos têm acesso ou capacidade para compreender e discernir sobre os dados que lhe foram dispostos, como também, de operar sobre a realidade que o novo território oferecerá. Desse modo, surgem expectativas sobre o território que se projeta em um território desejado, que pode não corresponder à realidade (VELEZ DE CASTRO, 2008, p.39).

Repensando as leis de Ravenstein, Lee apresenta uma reformulação às “leis da migração”. Para ele:

- o volume dos fluxos migratórios de um território varia de acordo com o grau de diversidade apresentado neste mesmo território;
- o volume de migrantes varia de acordo com a diversidade e as dificuldades e/ou facilidades encontradas e superadas ou não no lugar de destino;
- a formação de redes aparece como tendência para aumentar o volume dos fluxos migratórios;
- para cada corrente migratória estabelecida com número de migrantes significativos há possível formação de uma contracorrente;
- a eficiência da migração (*rácio* entre a corrente e a contracorrente) é maior quando os fatores que favoreceram o fluxo se alteram, mas, caso, os fatores se mantenham, em relação à origem e ao destino, há diminuição do fluxo, e, ainda, se os obstáculos forem difíceis de ultrapassar, há um aumento na eficiência do fluxo, que pode variar conforme o fator econômico, aumentando ou diminuindo em períodos de prosperidade ou crise;

- a migração é seletiva, podendo ser positiva para os que corresponderem de forma positiva ao local que o acolheu ou negativa, se dado o contrário;
- o processo de seleção positiva aumenta conforme a dificuldade dos obstáculos;
- certas fases da vida propiciam a migração;
- e, por fim, as características dos migrantes acabam por ser uma mediação entre as de sua origem e as de seu destino (LEE, 1996).

Ao reformular as leis de migração dadas por Ravenstein, Lee veio destacar a dinamicidade que há nos territórios, no que se refere à influência dos fatores positivos e negativos e à diversidade, como quesitos determinantes na escolha por migrar. Ele, também, atribuiu um fator muito mais importante ao migrante quando lhe confere a capacidade de superar obstáculos e de como ele consegue se adaptar ao local. Ao final, a escolha é conferida ao migrante que também se relaciona com o cenário econômico.

Há, ainda, que se ressaltarem dois aspectos: o primeiro é que momentos de crises não indicam que as migrações diminuam; o segundo é que os entraves acabam sendo contornados, sobretudo em momentos complexos, através de redes ilegais que interferem no processo do migrar, desenvolvendo no indivíduo uma falsa sensação de que a migração foi realizada, uma vez que os entraves teriam sido contornados, no entanto, isto, vem apenas adiar os condicionantes.

As redes sociais legais ajudam o migrante a superar os entraves de forma positiva, anulando a questão da seletividade, pois, estes, já superaram os entraves anteriormente e se locomovem facilmente pelo território que os acolheu.

É importante, também, destacar, a proximidade de Lee à teoria dos sistemas migratórios quando associamos os fluxos migratórios aos fatores econômicos, intensificando-os ou desacelerando-os, apesar de que, este coloca os fatores pessoais (sensibilidade, inteligência) e os contatos (informações) como pontos que valorizam tal pressuposto.

Pensando nestas perspectivas, fica claro que Lee conseguiu muito mais do que reformular as leis de Ravenstein, ainda que estas ainda continuem a influenciar as análises a respeito do fenômeno migratório na atualidade.

2.2 TEORIAS SOBRE MIGRAÇÃO: ASPECTOS MICROSSOCIOLÓGICOS

Os aspectos caracterizados como microssociológicos referem-se às teorias cujo foco analítico encontra-se diretamente voltado para o agente individual.

De acordo com Todaro, muito embora os condicionantes externos apareçam como fonte de influência na tomada de decisão (contexto econômico e/ou social) é a capacidade de racionalizar que surge como fator decisivo pelo ato de migrar ou não, levando em consideração que os indivíduos têm informação perfeita sobre as diferenças de renda sobre o local para onde este deseja migrar (TODARO, 1969). Dessa forma, os fluxos migratórios seriam resultantes das escolhas individuais relacionadas aos aspectos econômicos (teoria neoclássica) ou às estratégias desenvolvidas ao pensar no futuro (teoria do capital humano) para que este alcance um retorno positivo, no geral, financeiro.

2.2.1 Contribuições Weberianas para as Teorias Microssociológicas

Nas teorias microssociológicas, o processo migratório constitui, na sua essência, uma série de decisões a serem tomadas pelo agente individual racional a fim de melhorar a sua condição de vida.

Esta teoria tem encontrado, em Weber, fortes fundamentos, por atribuir às capacidades individuais racionais à ação ao promover a compreensão do comportamento, não apenas pela racionalidade, mas, também pela orientação normativa, afetiva e tradicional, embora a sociologia dada por ele tivesse a função de compreender a ação humana de acordo com os tipos ideais postulados por ele.

As soluções encontradas por Weber para os intrincados problemas metodológicos que ocupavam a atenção dos cientistas sociais no começo do século XX permitiu-lhe lançar novas luzes sobre vários problemas sociais e históricos, e fazer contribuições extremamente importantes para as ciências sociais. (WEBER, 1980, p. 16)

Vale salientar que para Weber, a ação social, embora centrada no indivíduo, não pode ser considerada como um fato isolado, pois, ela encontra-se inserida num processo de reciprocidade, ao estabelecer contato com um ou com outro indivíduo.

Neste contexto, corroboram Quintaneiro, Barbosa e Oliveira ao declararem que “compreender uma ação é captar e interpretar sua conexão de sentido” dentro de uma ação recíproca (QUINTANEIRO et al, 2011).

Rosa e Sonni vêm salientar que, para Weber, é necessário que se façam recortes para uma análise mais efetiva, quando o indivíduo encontra-se em um ambiente de reciprocidade, pois esta ação jamais poderia ser compreendida em sua totalidade (ROSA, SONNI, 2012).

Pensando assim, o sociólogo criou uma divisão postulada em quatro tipos ideais (modelos simplificados do real, elaborados com base em traços considerados essenciais para a determinação da casualidade) relativas à ação social, para fins teóricos e didáticos, a fim de se obter uma análise mais nítida e próxima da realidade pura e ideal, pois reconstruir os atos humanos implica em compreender os significados que eles tiveram para os indivíduos.

A primeira ação racional encontra-se relacionada à fins. Nesta, o indivíduo, para alcançar um objetivo, lança mão dos meios que forem necessários, selecionando o que for mais adequado entre os meios que lhe estão disponíveis - objetivo claro e definido a alcançar.

A segunda aponta a ação racional com relação a valores. Nesta o indivíduo age de acordo com seus princípios, ou de acordo com as suas próprias convicções, sempre considerando sua fidelidade para aquilo que ele acredita – os valores são claros, encontra o sentido para a ação na sua conduta e não em resultados.

A terceira ação dirige-se à ação tradicional, onde os hábitos e costumes condicionam a ação do indivíduo para que aja em função deles.

E a quarta, diz respeito à ação afetiva. São as ações que condicionam o indivíduo a desenvolver uma ação imediata, centrada na emoção, sem considerar os meios ou os fins a atingir.

Por último, vale salientar que, esses tipos ideais de ação social, conferidos por Weber, são passíveis de serem identificados e aplicados dentro de duas das principais teorias microssociológicas: a escola neoclássica (*teoria push-pull*) e a teoria do capital humano.

2.2.2 A Escola Neoclássica e a Teoria Push-Pull

Para a Escola Neoclássica “a análise dos fluxos de trabalho [é] um ingrediente central em qualquer discussão do equilíbrio do mercado de trabalho” (BORJAS, 2000, p. 1), uma vez que, por centrar-se na ciência econômica, ela apresenta referências para o estudo dos fluxos migratórios, pois o fator de produção surge diretamente ligado ao trabalho, ocasionando o desenvolvimento econômico.

Keely chama atenção para as contribuições que a Escola Neoclássica trouxe para os estudos das migrações, destacando que ela surgiu como resultado do equilíbrio entre as diferenças salariais e as chances do indivíduo conseguir um novo e melhor emprego, após passar pela decisão individual, ao refletir sobre os benefícios que tal decisão pode lhe oferecer (KEELY, 2000).

Por sua vez, Lee ressalta que a decisão tomada pelo indivíduo não é totalmente racional, pois existem outros elementos que influem nesta decisão, tais como: os custos da viagem, da manutenção, o aprendizado de outra língua, a inserção em outra cultura, a saudade, a territorialização, etc. (LEE, 1966)

Inicialmente, tais elementos costumam ser suprimidos pelos elementos econômicos com a melhoria de salário proporcionada pelo novo emprego, mesmo com os gastos obtidos para esta inserção. Mais na frente, o migrante espera que esta situação seja invertida. Com a diminuição dos gastos, o ganho começa a tomar mais peso, pela nova função laboral, que vão conduzindo a uma nova fase, superando, por exemplo, os danos psicológicos dados com a migração. Desta forma, o indivíduo, de acordo com a Escola Neoclássica, sobre a teoria das migrações, tende a migrar para locais que oferecem melhores condições de vida, proporcionadas pela oferta de melhores empregos. Este movimento progressivo de migrantes dá-se para locais que têm mais oportunidades de emprego e falta mão-de-obra ocasionando o equilíbrio entre oferta e procura de um bem (fator produtivo – trabalho). Deste modo, o indivíduo tem incentivo para migrar quando há uma probabilidade dele conseguir melhor condição salarial, e conseqüentemente, de vida, com a migração. Isto de dará se os ganhos forem superiores aos que são oferecidos em seu local de origem.

Segundo Massey et al, aos fluxos migratórios estão ainda associados, inversamente, os movimentos de capital humano. Para cada movimento impulsionado há também um de retorno, normalmente diferente da existente para o nível global dos salários. Para o autor, estes fluxos de natureza oposta “devem ser mantidos conceitualmente distintos” (MASSEY, et al, 1993, p. 433), pois a taxa de

retorno é diferente, haja vista que os fluxos migratórios serão maiores, quanto mais elevadas forem as diferenças existentes em relação aos ganhos esperados, assim como, também, pelas ofertas de emprego. Uma vez equilibradas, oferta e procura, é de se esperar, que os fluxos migratórios entre tais regiões sejam encerradas.

As ideias que aqui foram elencadas, inerentes ao pensamento da Escola Neoclássica, são apelidadas de *teoria de push-pull*. Para Lee, esta se dá porque os fluxos de trabalho surgem “como um resultado da pobreza e do atraso nas regiões de envio” (LEE, 1966).

Por conseguinte, Castles e Miller concordam com esta denominação por estas teorias explicarem as causas dos movimentos migratórios como uma combinação de fatores que empurram (*push*) os indivíduos para fora de seu local de origem e pelo fator que atraem (*pull*) para outras regiões (CASTLES; MILLER, 2003, p. 21).

Os fatores *push* seriam de ordem econômica, social e política (baixo padrão de vida, crescimento demográfico desacelerado, falta de oportunidade econômica, repressão política, etc.). Os fatores *pull* apoiam-se nas vantagens oferecidas pela região de destino (procura por mão-de-obra, disposição de terras, liberdade política, etc.). Os autores, ainda, ressaltam que, ao longo prazo, os fluxos deveriam contribuir para tornar iguais os salários tanto nas regiões desenvolvidas quanto nas subdesenvolvidas (CASTLES; MILLER, 2003, p.23), na medida em que ocorrerem a maximização da produtividade dos fatores na sua utilização.

No entanto, muitas destas teorias não foram comprovadas empiricamente. Portes e Böröcz levantam forte crítica em relação a isto: a teoria de *push-pull*, segundo os autores, não foi capaz de explicar alguns fatores como a tendência dos indivíduos com características semelhantes migrarem para regiões já altamente povoadas e desenvolvidas (PORTES; BÖRÖCZ, 1989). Lee, anteriormente, já ressaltara que as migrações se dão por trajetos bem definidos e específicos corroborando com estes autores (LEE, 1966). Além destes fatos, segundo Gaston e Nelson, vários outros estudos empíricos comprovam a necessidade de novas análises que possam explicar outros fatores ligados ao fenômeno migratório, dado problemas de interpretação nas análises decorrentes da falta de informação perfeita por parte dos indivíduos, como, por exemplo, a decisão por migrar centrada na racionalidade ou por uma questão centrada em questões

individuais, a disponibilidade de mercado de trabalho, entre outros (GASTON; NELSON, 2001).

Por fim, sobre estes pressupostos, Keely vem enfatizar a necessidade de incluir nas análises dos fluxos migratórios não apenas os motivos que desencadeiam a migração, mas, também, os elementos que pressionaram o indivíduo a tomar tal escolha (KEELY, 2000).

2.2.3 A Teoria do Capital Humano

O surgimento dos fluxos migratórios, como investimento do capital humano de trabalhadores, segundo Borjas, deu-se em consequência das diferenças salariais existentes entre economias de um e outro lugar, sendo este, o principal motivo desencadeador das migrações, à luz da Escola Neoclássica (BORJAS, 2000).

A teoria do capital humano tem encontrado em Becker um autor de suma importância no que se refere aos estudos dos fenômenos migratórios. Para ele, o capital humano conceitua-se como uma “atividade que influencia o rendimento real futuro pela incorporação de recursos nos indivíduos” (BECKER, 1962, p. 9). Neste caso, “os jovens têm maior incentivo a investir porque poderão usufruir durante mais anos” (BECKER, 1962, p. 38).

Concorda com este pensamento Keely ao concluir, a partir de suas análises empíricas, que são os jovens que dispõem de maior incentivo a migrar dado o tempo o maior tempo que terão para usufruir (KEELY, 2000).

Também, Bach e Schraml contribuem para este pensamento, ao defenderem que esta teoria “reintroduziu a teoria da assimilação, abandonada há muito tempo para explicar o progresso (em termos de rendimento) de trabalhadores migrantes de baixos salários”, haja vista que é necessário considerar as migrações como investimentos de capital humano, como argumenta Becker (BACH; SCHRAML, 1989, p. 322).

Por conseguinte, Borjas, lembra que as migrações acontecem quando há uma possibilidade, no mínimo, razoável, do indivíduo conseguir retorno com os investimentos do capital humano, dados por ele, o que justifica a saída para áreas mais desenvolvidas, pois nestas, as condições dele alcançar o desenvolvimento, conseqüentemente, seriam maiores (BORJAS, 2000).

Há indicações, também, de que quanto maior a sua qualificação, maior a possibilidade de retorno, gerando uma seletividade de migrantes para o mercado de trabalho. Sobre esta questão, Chiswick acrescenta que, um indivíduo que possui maior qualificação, estará em um nível superior, conferindo aos migrantes maior capacidade de territorialização (CHISWICK, apud FIGUEIREDO, 2005, p. 31).

Outro ponto a ser considerado é a lógica existente da escola neoclássica que diz que os fluxos se deslocam para regiões com maior oferta de trabalho até atingir salários igualitários. Desta forma, o capital humano, move-se segundo a lógica de recuperação dos investimentos dados pelo indivíduo, onde este encontrar maior chance de retorno.

Podemos incluir, também, considerações acerca do capital humano relativo ao fator produtivo de capital (particularmente, humano). Este, todavia, constitui-se como contrário ao fator trabalho, ao promover deslocamentos das regiões desenvolvidas para as regiões em desenvolvimento. Isto se dá pela escassez de mão-de-obra, ocasionando o oferecimento de salários melhores (maiores), impulsionando novos fluxos. Assim sendo, o funcionamento dos mercados, no que se refere à livre circulação de pessoas, acaba por selecionar os indivíduos, e, ao fazer isto, penaliza os que possuem melhor qualificação, nas regiões em desenvolvimento, e beneficia aqueles com menores qualificações, uma vez que a migração de indivíduos com estas características gera o aumento do nível salarial para esta categoria de indivíduos (dada pela disponibilidade de oferta). Nas regiões desenvolvidas, provavelmente, acontecerá o inverso: será dado benefício aos indivíduos mais qualificados e os menos qualificados devem ter seus salários reduzidos.

3 CAPÍTULO 2: POLÍTICAS DE ATRAÇÃO DE PROFESSORES MIGRANTES PARAIBANOS PARA RORAIMA

Partindo do desejo de compreensão do processo de povoamento da região que atualmente corresponde ao território do Estado de Roraima, desenvolve-se a necessidade de levantamento a respeito da fundamentação dos fatos que compõem a conjuntura histórica de Roraima, desde as primeiras expedições portuguesas ao atual contexto social e político pelo qual passa a sociedade roraimense.

A partir de tal mérito, a história de Roraima é contada através de ciclos políticos os quais agregam os arranjos de poder empregadas no respectivo período. Ao longo destes ciclos políticos, desenvolve-se a caracterização dos principais fatos no campo político que desencadearam inércia ou ativação de correntes migratórias para a região. Tal caracterização política corrobora para uma lógica de contextualização da política brasileira vigente no período, além da dispensação da mão de obra e os impactos e finalidade das políticas adotadas (FREITAS, 2000). Conforme Senhoras & Silva Neto, os ciclos políticos dividem-se em três ondas:

Nos ciclos políticos, observa-se a consolidação de três ondas de longa duração nos territórios de Roraima que cristalizaram características específicas de maneira refratária às influências dos macro regimes estabelecidos na Administração Pública do Brasil, respectivamente por meio das periodizações de uma Administração Pública Patrimonialista até 1930, de uma Administração Burocrática entre 1930 e 1980, e, de uma Administração Pública Pós-Burocrática com baixo grau de gerencialismo, a partir da década de 1990. (SENHORAS & SILVA NETO, 2015).

O primeiro ciclo político compreende a Administração Pública Patrimonialista, protagonizada pelas elites políticas do Brasil Colonial à República das Oligarquias (1930), as quais enraizaram uma força profunda de longa duração no funcionamento da Administração Pública caracterizada pela indistinção entre bens públicos e privados, transformando a *res pública* em objeto de patrimonialismo privado (SENHORAS & SILVA NETO, 2015), dividindo-se em duas etapas, as primeiras duas fases de colonização (FREITAS, 2000).

Na primeira fase de colonização, compreendida entre 1750 e 1800, desencadeia-se a edificação do Forte São Joaquim³, com a finalidade militar de

³ O território do atual estado de Roraima era pertencente à Província de São José do Rio Negro.

formar uma barreira humana de proteção às invasões estrangeiras (holandeses ingleses e espanhóis). Nesta fase o Brasil era uma colônia portuguesa, legitimando-se, portanto, um sistema de exploração metrópole-colônia por parte da coroa portuguesa.

Em tal período, os únicos migrantes que habitavam terras “roraimenses” eram os portugueses (militares e padres da Igreja Católica) que encontravam na força militar e religiosa a âncora para ocupação e defesa do território português inexplorado. A mão-de-obra utilizada era indígena. Por meio de aldeamento, os portugueses recrutavam nativos para trabalhar nas colônias da região⁴.

A segunda fase da colonização compreende um período com novos ideais de povoamento no território da província de São José do Rio Negro por parte da Coroa Portuguesa, uma vez que as incidentes tentativas de utilização da população nativa (indígena) até então fracassaram devido ao que ocorria no cenário nacional: uma terrível seca no nordeste brasileiro. Fato este que em 1877 culminou no primeiro ciclo migratório de nordestinos ao que se tornaria o futuro território Roraimense.

Neste ínterim, os recém-chegados migrantes nordestinos seguem uma perspectiva pecuarista adotada por Lobo D’Almada, até então pioneiro na criação de bovinos nos arredores da região do Rio Branco, tornando-se colonos em pequenas propriedades de terras uma vez que utilizando a mão-de-obra indígena eram capazes de produzir carne exportando-a para a cidade de Manaus e, muitas vezes comercializando em troca de produtos de primeira necessidade.

No segundo ciclo político, Administração Pública Burocrática, em razão da estrutural tendência de centralização do poder pela União ao longo do paradigma Nacional-Realista (1930-1980), a conformação das elites locais uma vez mais se manifesta de maneira alienígena aos próprios territórios roraimenses, porém agora, sob controle do governo central por meio da federalização de territórios sob o seu comando na Amazônia, a fim de quebrar o raio de influência de determinadas oligarquias regionais.

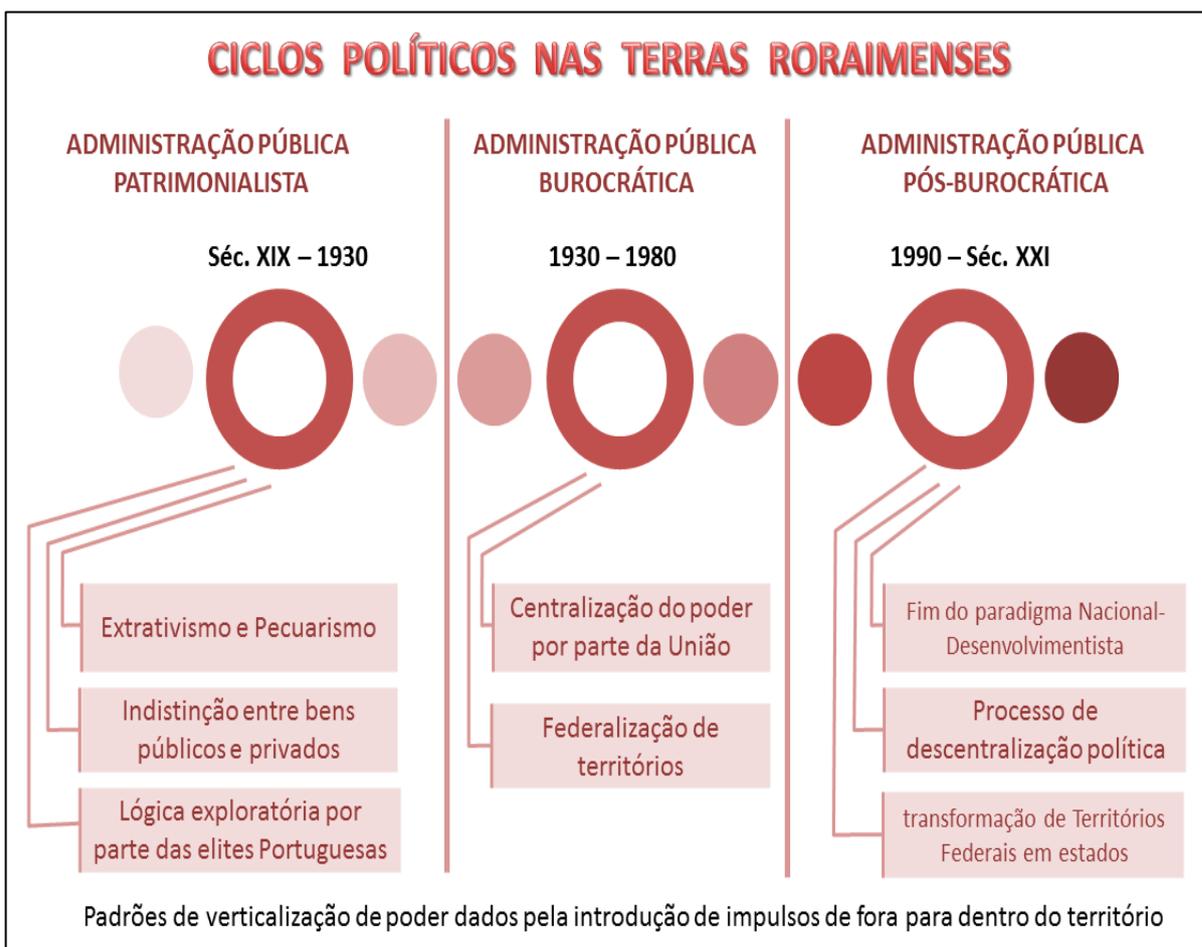
O terceiro ciclo político compreende a Administração Pública Pós-Burocrática, com o fim do paradigma Nacional-Desenvolvimentista e o surgimento da

⁴ N. Sra do Carmo (atual Boa Vista), N. Sra da Conceição (Rio Uraricoera), São Felipe (Rio Tacutu), Sta Bárbara e Sta Isabel (baixo Rio Branco), as quais últimas atualmente inexistentes.

Constituição de 1988 estimulando processos de descentralização política e a própria transformação de Territórios Federais em estados, as novas elites políticas em Roraima passam a adquirir características de hibridação sociopolítica, embora, persistam majoritariamente sendo de origem exógena ao próprio estado nascente.

A terceira fase da colonização (1890/1943) acentua-se como marco histórico fundamental no fim do século XIX a crise da borracha brasileira e consequentemente a crise do mercado pecuário “roraimense” em virtude da queda do consumo de carne por parte de Manaus. Fato este que culminou na dispersão indígena e decadência do Forte São Joaquim.

FIGURA 1: CICLOS POLÍTICOS NAS TERRAS RORAIMENSES



Fonte: SILVA NETO (2016).

O fato do agravamento da seca no nordeste intensifica neste período o fluxo migratório de nordestinos para São José do Rio Negro e é criado então, em 1890 o município de Boa Vista do Rio Branco, onde se localizava o povoado de Nossa Sra.

do Carmo, em virtude de uma considerável concentração de povos brancos e índios. É importante destacar neste período as grandes disputas por terras no cenário nacional (Período da República do Café com Leite).

Na quarta fase (1943-1964) cria-se o território federal do Rio Branco, uma vez que passado para território da federação, Rio Branco poderia receber mais incentivos de ordem federal e conseqüentemente desenvolver-se econômica, social e politicamente mesmo que timidamente. Este fato (considerando a Constituinte de 1934) ressaltou a figura da política de povoamento da região amazônica.

3.1 MIGRAÇÃO INTERESTADUAL

A migração interestadual sempre ocorreu de forma efetiva na Região Norte, seguindo os parâmetros de ocupação territorial dado pelo Governo Federal a fim de ocupar e desenvolver a região como disposto anteriormente.

Desse modo, a década de 1970 presenciou um fluxo de entrada de 813.251 imigrantes na região Norte do Brasil, apontando um crescimento anual superior a 5%. Entre os estados com maior percentual de imigrantes está Roraima, com cerca de 23,1%, com um volume populacional de 40.885 habitantes à época (BRASIL, 1977), ao passo que o crescimento do país, no mesmo período, não ultrapassou a média de 2,5%.

Já a migração oriunda de fora da região Norte configurou-se em cerca de 86,2% da imigração interestadual, estando no topo das regiões emissoras de população o Nordeste, com 32,1%, seguido pelo Centro-Oeste, totalizando 20,9% das emissões, Sul (17%) e Sudeste (16,2%). A população nordestina correspondeu a um total de 260 mil pessoas. Entre tais migrantes nordestinos, aponta-se que os fluxos são oriundos, sobretudo do Maranhão, com 58%, seguido por Ceará (18%) e Bahia (11%).

QUADRO 1: CICLOS DE POLÍTICAS DE MIGRAÇÃO EM RORAIMA

CICLO	PERÍODO	FATOS (POLÍTICAS X MIGRAÇÃO)	“Regime” de governo	Dispensação da Mão de obra	Finalidade das políticas
1º	1750 – 1800	Edificação F. S. Joaquim (Província S. José do Rio Negro) Aldeamento indígena	Colônia (regime de exploração) Lei de Terras	Exploração indígena (nativos) escravista	-Militar: Barreira humana de proteção às invasões estrangeiras
2º	1800 - 1890	Implantação do “pé do boi” Seca no Nordeste Início do fluxo migratório (1877) Decadência do Forte	Monarquia	Nativos + Colonos nordestinos (migrantes) pecuarista	-Povoamento: ameaças Insatisfação indígena para com o migrante
3º	1890 - 1943	Criação do município de BV do Rio Branco Seca no Nordeste (Início fluxo migratório)	República (Lei Áurea - 1889)	Colonos nordestinos (migrantes) pecuarista	-Criação de nova sede para estabilização política -Povoamento
4º	1943	Criação do Território Federal Aparelhamento dos meios de transporte, loteamento de terras, assistência ao colono.	República	Colonos nordestinos (migrantes) pecuarista	Povoar as fronteiras
5º	1964	Período Militar “Malha ferroviária”	Período Militar	Colonos agropecuaristas	Ampliar a população de Roraima para fins políticos
6º	1988	Criação do Estado	Nova República	Colonos	

Fonte: Elaboração da autora. Baseado em Freitas (2000).

QUADRO 2: POPULAÇÃO RESIDENTE E IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL –
NORTE

POPULAÇÃO RESIDENTE E IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO				
REGIAO NORTE-1970-1980				
UF de Residência Atual	População Residente	Imigração Interestadual	Proporção da Imigração Interestadual	Proporção da Imigração na População Residente
Acre	301,276	16.671	2,05	5,53
Amazonas	1.430.528	73.554	9,04	5,14
Amapá	175,258	22,749	2,8	12,98
Pará	3.403.498	395,992	48,69	11,63
Rondônia	491,025	285,979	35.16	58,24
Roraima	79.121	18,306	2,25	23,14
Região Norte	5.880.706	813,251	100	13,83

Fonte: Censo Demográfico de 1980.

No Estado de Roraima, conforme aponta (BRASIL, p. 645), “os principais fluxos migratórios são oriundos do Nordeste (49,9%), seguido da própria Região Norte (34,2%)”. À época, Roraima era composto por apenas dois municípios, Boa Vista, a capital, e Caracarái, de modo que a capital concentrou 70% do fluxo migratório, um total de 15 mil migrantes, dois quais 56,1% correspondem à migração urbano x urbano e 25,1% à migração rural x rural, um crescimento anual de 6,8%, acima da média regional.

Na década de 1980, Roraima apresentou um crescimento expresso pela taxa anual de 9,6%, de modo que a população urbana cresceu 10,1%.

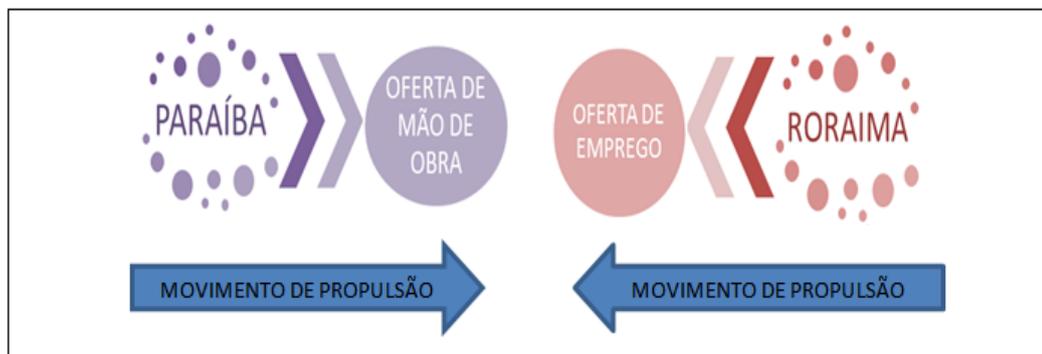
3.2 AS FASES MIGRATÓRIAS

De acordo com Saraiva, Roraima passou por três fases migratórias que deram origem a três ondas migratórias: pecuária, ouro e serviço (SARAIVA, 2016), representadas na figura abaixo:

A primeira onda migratória ocorreu devido à necessidade de estabelecimento das primeiras colônias de povoamento agrícolas, os emigrantes eram atraídos pelas propostas de terra e trabalho. A segunda onda, ocorrida entre as décadas de 1950 e 1960, deu-se em razão do surto de mineração, com o *boom* extração de ouro, principalmente.

A última onda migratória ocorreu a partir da década de 70 e foi até a década de 80 em razão conjuntura pela qual passava o Estado, “uma corrida por conta do serviço público que era bom nesse tempo” (SARAIVA, 2016), com intenso fluxo de migração em razão das ofertas de emprego. Na terceira onda, sobre a qual se debruça a presente pesquisa, houve um forte movimento de atração por parte de Roraima e propulsão por parte do Estado da Paraíba.

FIGURA 2: MIGRAÇÃO EM RORAIMA: PROPULSÃO X ATRAÇÃO



Fonte: Elaboração própria. Baseado em SARAIVA (2016)

Com a identificação das necessidades latentes no Território do Rio Branco, o governo dedicou-se a encontrar mecanismos de propiciar desenvolvimento à região. Em tal perspectiva iniciaram-se as ações de recrutamento de profissionais para trabalhar, especialmente, na saúde, educação, construção, agropecuária, entre outros.

3.3 A MIGRAÇÃO E AS IMPLICAÇÕES NO “SURGIMENTO” DE NOVOS MUNICÍPIOS

Como já dito anteriormente, no início da década de 1980, o Território Federal de Roraima tinha apenas dois municípios, Boa Vista e Caracaraí. Com o processo migratório, milhares de migrantes foram atraídos para Roraima. O aumento no fluxo migratório sofreu influência da atuação da política local, um intento relacionado a uma necessidade de dupla natureza: primeiro, ampliar os contingentes eleitorais e, segundo, atingir a passagem de Território à estado (NOGUEIRA, SOUZA e VERAS, 2013).

Em sua posse, como governador, o Brigadeiro da Aeronáutica Ottomar Pinto (1979) aborda a necessidade de incentivo à migração. Santos relembra suas palavras: “que venham, sem demora, nossos irmãos do Centro-Sul e do Nordeste! Que tragam seus instrumentos de trabalho e seu vigor produtivo, extraordinários fermentos, que farão crescer e crescer muito o bolo de nossa economia” (SANTOS, 2004, p. 142).

... este foi um dos discursos no qual o migrante é “convidado” a somar com seu vigor, para fazer crescer o bolo da economia, por meio do povoamento dos “vazios”. (...) Deste modo, é notório que os interesses político-eleitorais, também podem ser apontados como incremento no movimento migratório para Roraima. Não obstante, esta faceta política, a abertura das rodovias federais, a BR 174 e a BR 210, proporcionaram um novo incremento ao fluxo migratório (...). Assim, milhares de migrantes rumaram para a Região em busca da “terra prometida”, notadamente nas décadas de 1970 e 1980 (NOGUEIRA, SOUZA e VERAS, 2013, p. 5-6).

A intervenção das esferas políticas administrativas no crescimento demográfico de Roraima deu-se numa dinâmica de reordenamento espacial e temporal coadunada à expansão da fronteira e promovendo a ascensão de um novo quadro. Os projetos e programas de assentamentos a partir de pequenas propriedades configuraram-se como elementos determinantes no crescimento populacional em virtude de seu caráter fixador pois o interesse da elite política local pautava-se na atração seguida da fixação dos migrantes, sobretudo dos oriundos do Nordeste (SOUZA, 2004).

Assim, o Território Federal de Roraima passou a ter mais seis municípios: Mucajaí, Alto Alegre, São João da Baliza, Bonfim, Normandia e São Luiz do Anauá.

Figura 3: EVOLUÇÃO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE RORAIMA (1955)



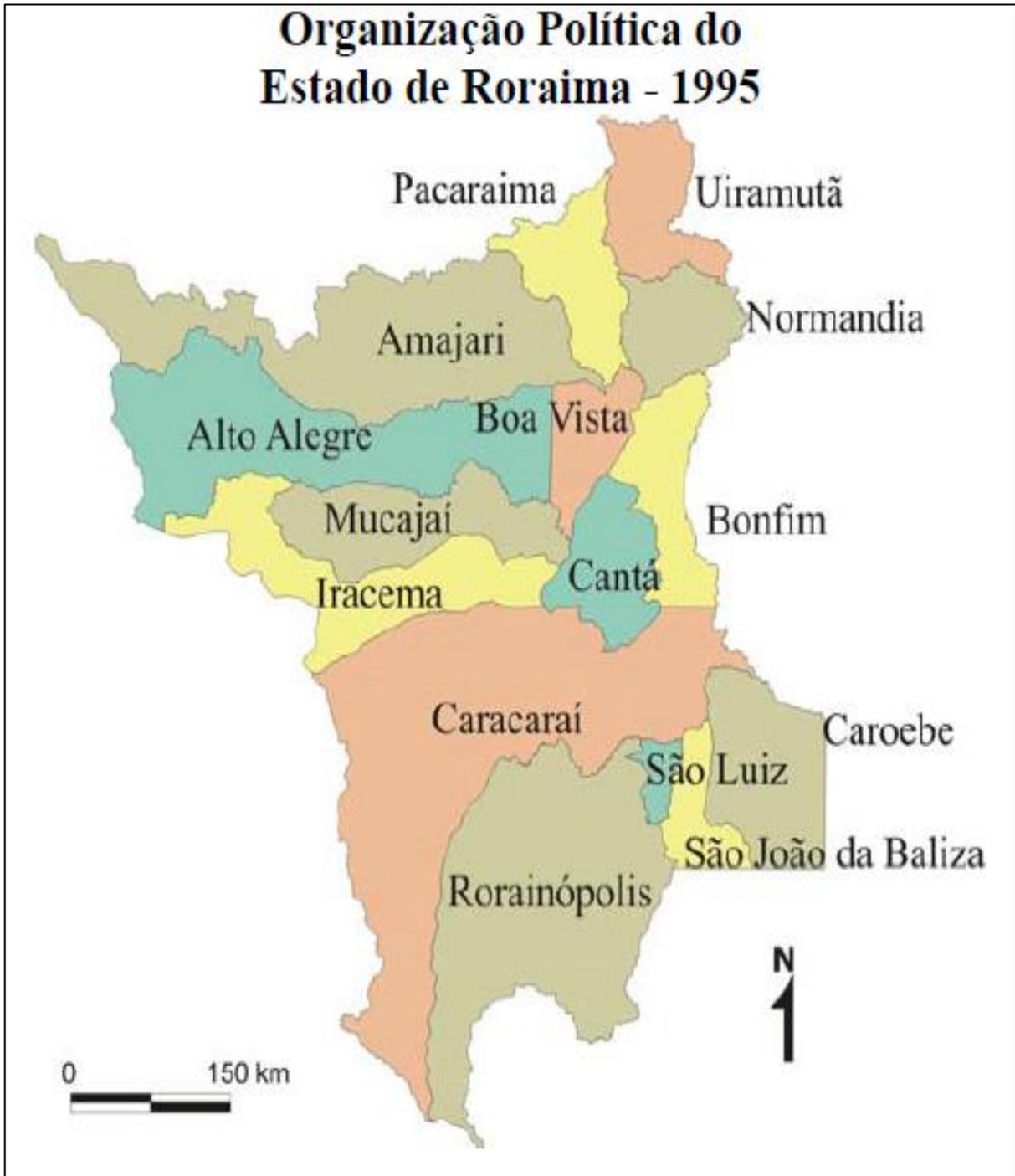
Fonte: DINIZ & SANTOS (s/d)

Figura 4: EVOLUÇÃO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE RORAIMA (1982)



Fonte: DINIZ & SANTOS (s/d)

Figura 5: EVOLUÇÃO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE RORAIMA (1995)



Fonte: DINIZ & SANTOS (s/d)

O Território passa a estado na conjuntura das eleições de 1986, da redemocratização da política brasileira. A elite política reivindicava a maior autonomia político-administrativa e o Estado de Roraima foi criado pela Constituição Federal de 1988, porém o governo Federal mantém a política de indicação dos governadores até 1990.

Assim ocorre a primeira eleição direta para a escolha do primeiro governador e dos deputados estaduais, porém o Estado continua no enfrentamento de problemas fundiários, demarcação das terras indígenas e dependência financeira da União e o Estado dependia de 80% de repasses federais sustento da máquina administrativa (SANTOS, 2004).

A conjuntura política e social fez com que surgissem dois grupos políticos, tendo a frente os dois ex-governadores “biônicos”, de um lado o brigadeiro Ottomar de Souza Pinto e do outro Romero Jucá Filho. Ambos migrantes nordestinos, sendo que o primeiro natural de Recife e o segundo de Petrolina, ambos são pernambucanos (NOGUEIRA, SOUZA e VERAS, 2013, p. 9).

Ottomar governou de 1978 a 1983. Neste período Roraima recebeu um grande fluxo migratório que fez com que a população passasse de 49.885 (1970) para 79.159 habitantes (1980) (RODRIGUES, 2008), ampliando sua base eleitoral através de sua política de populista e assistencialista.

Romero Jucá Filho, ex-presidente da FUNAI, governou Roraima em razão dos problemas na gestão de Getúlio Cruz, o qual afirmou que a chegada de Romero Jucá serviu “para favorecer a mineradora Parapanema, mas quando viu o potencial político do movimento dos garimpeiros, mudou de posição, encontrando seu espaço político” (SANTOS, 2004, p.148).

São estas duas forças políticas (Ottomar de Souza Pinto e Romero Jucá) que exerceram forte influência na migração de professores paraibanos, assunto que será tratado adiante.

3.4 AS REDES SOCIAIS: contextualizando os fluxos migratórios de professores da Paraíba à Roraima

Diniz defende que a ocupação demográfica nas áreas inabitadas ou pouco habitadas, os chamados “vazios demográficos”, ocorreram em etapas,

desencadeando-se através da chegada de ondas de imigrantes. Assim o autor lança lógicas, as quais ele chama de *step migrations* (migrações por corrente/etapa). Seguindo esse raciocínio, toma-se que o *settler* (colono) que chega estabelece contato, em uma espécie de cadeia, com outros migrantes em potencial (DINIZ, 2006).

A mobilidade na fronteira é fortemente baseada em canais informais de informação e migrações [...]. Neste processo, um determinado colono (inovador) chega à fronteira em busca de terra. Durante toda a sua estadia, este indivíduo mantém contato direto com o local de origem e tão logo obtenha acesso a um pedaço de terra e alguma estabilidade, deflagra-se a segunda onda de migrantes (seguidores), que chegam à fronteira bafejados pelo sucesso e pelo apoio do “inovador” (DINIZ e SANTOS, 2006, p. 7).

A apropriação de assentamentos por migrantes de mesma origem geográfica torna-se intensa, de modo que a primeira onda de “seguidores” ganha acesso à terra e isso desencadeia outras sucessivas ondas de “migrantes seguidores” os quais possuem determinadas relações, mantendo contato por diversos canais (cartas, telefonemas e visitas) desencadeando uma divulgação da migração, comportando-se como representante e promotor da expansão da comunidade de origem (DINIZ e SANTOS, 2006; MOUNTZ e WRIGHT 1996).

Conforme aponta Giddens (1984), o conceito de *time-place edges* torna-se viável em razão das relações estabelecidas entre pessoas de lugares geograficamente afastados, criando no imaginário dos agentes de segunda e seguintes ondas migratórias a segurança e confiabilidade na trilha a ser percorrida pelos seguidores, os quais serão, para fins desta pesquisa, intitulados *followers*. Além disso, insere ainda:

o processo de evolução da fronteira dá origem a novos *time-space distanciations* dentro da própria região Amazônica, na qual laços familiares e de amizade cumprem papéis importantes na ligação entre locais mais avançados no espectro evolucionário e áreas pioneiras. A impressionante capacidade de adaptação a novos destinos demonstrada pelos migrantes de fronteira merece destaque. Sendo, na maioria das vezes, destituídos de bens materiais, esquecidos pelo poder público, e excluídos social e economicamente, esses indivíduos contam uns com os outros para sobrevivência e adaptação na fronteira (DINIZ e SANTOS, 2006, p. 6).

A partir de tal dinâmica originam-se grupos de ajuda informal para revezamento no trabalho entre os lotes dos membros, “materializando cada fase do

árido processo de produção agrícola, alternadamente: aceiro de derrubada, broca, derrubada, queimada, coivara, aceiro, plantio e colheita”. Assim podemos perceber que, ao fim “da década de 1980, assiste-se a manutenção de alguns dos principais fluxos pré-existentes, sobretudo aqueles oriundos das capitais dos Estados da região Norte e Nordeste” (DINIZ e SANTOS, 2006, p. 8).

Tomando como base tal lógica, a presente discussão estabelece um raciocínio de *step migrations* para a migração de nordestinos que se deslocaram para Roraima, desencadeadas a partir da transformação de Roraima em Território e, posteriormente, em Estado da Federação, contando com Governadores, civis e militares, que exerceram mandatos múltiplos. (FREITAS, 1997).

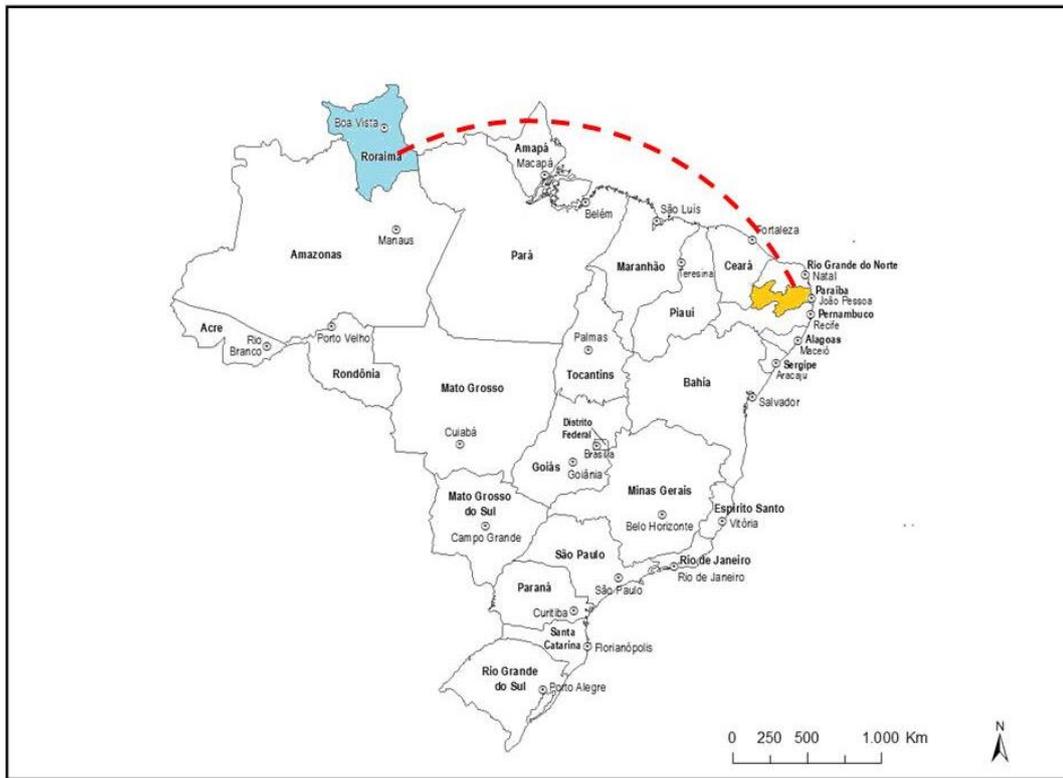
Durante as várias administrações maranhenses, campanhas publicitárias, ressaltando as vantagens de Roraima, foram veiculadas através de diversas mídias (...) convidando os seus habitantes a contribuir com a empreitada colonizadora da região. Desta forma os fluxos, ligando comunidades (...) deflagrados ao longo das últimas décadas, se perpetuaram, expandindo-se, graças ao suporte efetivo de redes sociais (DINIZ e SANTOS, 2006).

Tais campanhas publicitárias foram realizadas em diversos estados do Brasil a fim de buscar pessoas que pudessem contribuir de forma efetiva com suas habilidades profissionais a fim de desenvolver a região. Foram eles: agricultores, pedreiros, professores e muitos outros.

Do Maranhão e do Ceará vieram muitos profissionais para trabalhar na construção civil. Segundo relato de Antônio Pedro⁵, um escritório foi montado na capital Cearense a fim de agenciar a vinda de pessoas para tal função. O discurso era sempre o mesmo: “Lá ganha-se muito dinheiro. Há muita terra, água e trabalho”. *Outdoors* foram espalhados por todo o Maranhão. As chamadas também eram realizadas através dos canais de comunicação: rádio e tv. Muitos foram os que embarcaram nesta empreitada em busca de melhores condições. Há relatos de que, inclusive, um dos responsáveis pelo agenciamento destes profissionais foi assassinado por um dos migrantes que retornou a sua terra insatisfeito com as propostas não concretizadas.

⁵ Pseudônimo empregado a fim de preservar a identidade do entrevistado.

Figura 6: FLUXO MIGRATÓRIO PARAÍBA-RORAIMA



Fonte: Elaboração própria a partir de base cartográfica IBGE

Esta dinâmica sucedeu-se em vários estados brasileiros. Do Sul, vieram profissionais para trabalhar na agricultura e pecuária. A este último foram distribuídas inúmeras áreas de terras. Segundo José Alcântara⁶, estes seriam os que mais foram beneficiados e tiveram êxito em sua jornada, pois:

“se deram bem, tanto que está cheio de gaúchos por aqui... até CTG⁷ tem. E todos os anos eles promovem a Semana Farroupilha, onde desfilam pela cidade montados em seus cavalos e fazem apresentações de danças e comidas típicas”.

Seguindo esse parâmetro, da Paraíba, foram trazidos inúmeros professores. Cartazes, *outdoors*, rádio, tv e chamadas diretas nas salas de aulas das universidades foram feitas com intuito de promover a educação em Roraima.

⁶ Pseudônimo empregado a fim de preservar a identidade do entrevistado

⁷ Centro de Tradições Gaúchas, localizado na Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, em Boa Vista – RR.

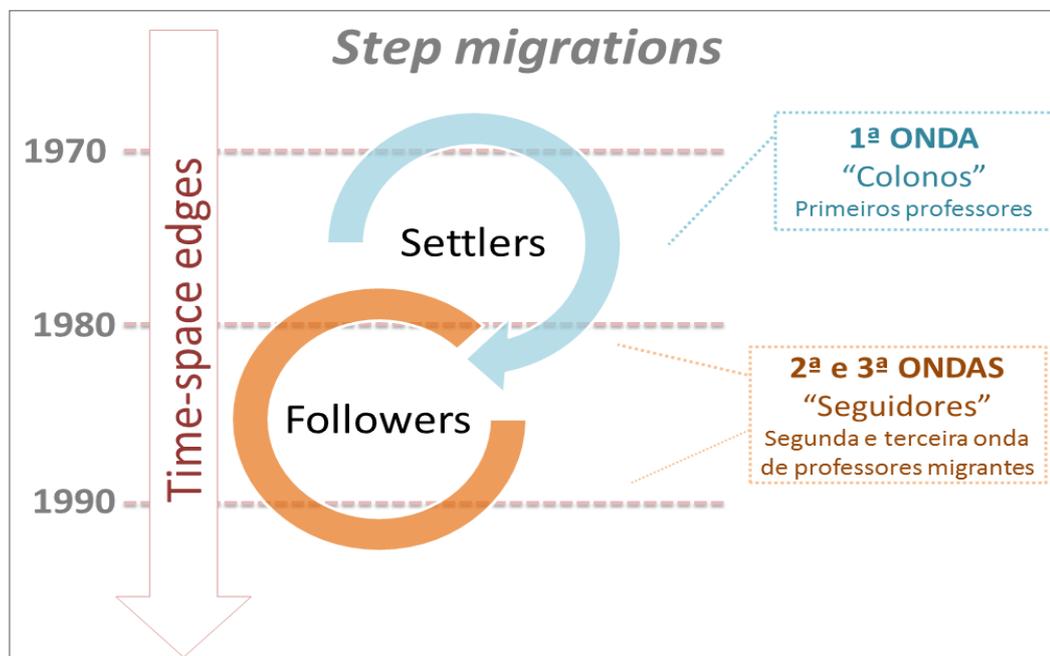
Era uma coisa tão bonita... os cartazes tinham imagens com inúmeras paisagens... parecia o paraíso. Eles entravam nas salas de aula da universidade convidando as pessoas para virem para cá, pois lá tinha muito emprego e o salário era muito bom (COSTA, 2016).

Com a carência de oportunidades de empregos na Paraíba e grande número de professores existentes, além dos baixos salários, dados ao grande número de universidade existentes que formavam profissionais todos os anos, a Paraíba, foi escolhida pelo, então, governador Ottomar de Souza Pinto, como um lugar adequado para trazer os profissionais para educação.

Assim, um grande contingente de professores começou a migrar da Paraíba à Roraima, gerando algumas ondas migratórias.

O quadro a seguir mostra como se deram as ondas migratórias dos professores da Paraíba à Roraima:

FIGURA 7: ONDAS MIGRATÓRIAS DE PROFESSORES PARAÍBA-RORAIMA



Fonte: Elaboração própria (NASCIMENTO e SILVA, 2016).

Conforme exposto na figura, a primeira onda de migração ocorreu a partir da década de 1970, quando ocorreram as primeiras campanhas de recrutamento de professores nas cidades Nordestinas, os desbravadores da

educação nas terras do Rio Branco, os quais desempenharam papel de *settlers* da educação ao chegar aqui e promover a divulgação aos que lá ainda estavam. Elencam-se alguns fatores que foram gerados em razão da atuação dos *settlers* da educação. Primeiramente, sob a perspectiva atrativa, os primeiros professores divulgaram as boas oportunidades encontradas em Roraima quanto às facilidades de trabalho e condições favoráveis ofertadas (salário e moradia). Por outro lado, sob a perspectiva repulsiva, alguns *settlers* da educação também interromperam a segunda corrente migratória, ao fazerem uma propaganda negativa das “frustrantes” oportunidades e condições desfavoráveis de trabalho enfrentadas para exercício da função docentes, pois, segundo Joana Souza⁸ nem tudo era como haviam dito.

Portanto, os *settles* da educação originam uma dupla lógica de *prospects* (candidatos) a *folloewers*, ou seja, os nordestinos que tinham contato com propaganda realizada foram, em linhas gerais, influenciados sob duas lógicas perceptivas que impactou o processo de tomada de decisão para transferência para as terras da Amazônia.

O primeiro grupo foi composto por aqueles que decidiram enfrentar o desafio de inserir-se na condição numa terra distante e com perspectivas incertas de sucesso apregoadas por *settlers* frustrados, porém motivados pelos relatos dos *settlers* que se firmaram na região e alcançaram uma relativa estabilidade. Este primeiro grupo é configurado, portanto, como *followers* da 2ª onda migratória.

O segundo grupo foi composto por aqueles que a princípio se interessaram em deslocar-se para as terras do Rio Branco, porém decidiram interromper a empreitada em razão da propaganda negativa realizada, apesar de estarem tentados pelas boas condições relatadas por aqueles que permaneceram no Norte. Este grupo, portanto, configura-se apenas como *prospects*, pois permaneceram no Nordeste, conforme exposto na figura a seguir.

Elenca-se ainda que muitos dos *prospects* da 2ª onda transformaram-se em *followers* da 3ª onda migratória, pois modificou-se a configuração dos benefícios ofertados pelo governo do Estado, com o objetivo de tornar as vagas de empregos mais atrativas, como garantia de habitação, alimentação e remuneração prévias.

⁸ Pseudônimo empregado a fim de preservar a identidade do entrevistado.

Para tal, segundo Emília Costa⁹, eles enviavam seus documentos e currículo a serem analisados por uma comissão da Secretaria de Educação. Uma vez aprovados, o processo seguia com a inserção dos seus nomes na folha de pagamento e só assim, viriam para Roraima, a fim de ocupar os cargos a que estavam destinados.

Ainda há de se ressaltar que, por trás de toda a propaganda motivada pela oferta de trabalho e bom salário, outros fatores motivaram a tomada de decisão das forças políticas em trazer migrantes para Roraima. Para transformar o Território em estado, era necessário o aumento significativo da população, o que, por consequência, formaria o “curral eleitoral”, pois, gratos, os migrantes, retribuiriam o “apoio e oportunidade” nas urnas, conforme, Maria Silva declara¹⁰:

Os professores, os montes deles, vieram para cá. Isso foi bom, claro! Porque com a chegada deles, escolas foram construídas e professores muito bons passaram a dar aulas nas escolas. Mas pensa que era só isso? Claro que ele queria formar o curral eleitoral dele. Era o professor feliz com o seu salário, os pais e alunos felizes com o progresso na educação e ele mais feliz ainda com as pessoas gratas dando seu voto nas urnas¹¹.

De um modo ou de outro, conforme, relatos dos entrevistados, a vinda dos professores paraibanos para Roraima contribuiu para o desenvolvimento da qualidade de ensino.

⁹ Pseudônimo empregado a fim de preservar a identidade do entrevistado.

¹⁰ Pseudônimo empregado a fim de preservar a identidade do entrevistado.

¹¹ Surge aqui, na voz dos sujeitos, o discurso que encerra o caráter populista e assistencialista de Ottomar de Souza Pinto.

4 CAPÍTULO 3: SUJEITOS E MEMÓRIAS: apresentando os protagonistas

Segundo Certeau, os sujeitos surgem como autores sociais no momento em que se encontram inscritos numa trajetória de vida que envolve aspectos relacionados à política, à transformação social, à cultura e às mentalidades. Desse modo, é importante frisar que, não nos basta ser autores de práticas sociais; é preciso, também, que essas práticas sociais tenham significados para aquele que as realiza (CERTEAU, 1995, p. 141).

Considerando esse aspecto, percebemos que é justamente por meio das especificidades, dadas através de um lugar social e cultural, que os indivíduos vão se constituindo como história. Assim, os sujeitos surgem como históricos ao revelar uma história ainda desconhecida e não registrada em livros ou documentos oficiais e é desse modo que a história destes surge como a história de muitos outros, presente, até então, apenas em sua memória. Para compreendermos o papel e a importância da memória é importante ressaltar alguns aspectos relacionados à mesma.

Segundo Izquierdo, a memória está ligada diretamente ao nosso senso histórico e ao nosso senso de identidade pessoal. Sob essa égide, ocorre o registro e a conservação do passado, através do que os eventos representam e significam para os sujeitos, através das experiências vividas (IZQUIERDO, 1989).

Outro ponto destacado pelo autor é de que a memória só existe porque houve um aprendizado pautado nas experiências vividas. Ninguém inventa memória. Ela é fruto daquilo que foi percebido ou sentido. De acordo com Green, a memória não pode ser medida, entretanto, pode ser avaliada, dependendo da evocação dada através do reconhecimento dos sujeitos (GREEN, apud IZQUIERDO, 1989).

Corroborando com essas acepções, Ferreira Netto, define dois tipos de memória, uma implícita e outra explícita:

A memória explícita envolve a lembrança consciente de episódios passados, por meio da recuperação intencional desses episódios, enquanto a memória implícita envolve a influência de episódios passados no comportamento atual sem recuperação intencional e, algumas vezes, sem lembrança consciente daqueles episódios (FERREIRA NETTO, 2008, p. 16).

Ou seja, é ela a responsável por nos trazer recordações, lembranças biográficas, crenças e saberes.

É importante frisar, também, o que Candau nos expõe: mesmo que exista “em uma determinada sociedade um conjunto de lembranças compartilhadas pelos seus membros, as sequências individuais de evocação dessas lembranças serão possivelmente diferentes”, pois cada cérebro tem o seu jeito de recordar (CANDAU, 2012, p. 36, apud COUTO, 2013).

Para lembrar, pois, é necessário que haja vestígios em nossa memória. Quando, por exemplo, estivemos em um local em que já estivemos antes, isso nos ajuda a lembrar de um quadro de imagens que foram esquecidas.

Seguindo esse pensamento, Halbwachs categorizou a memória em individual e/ou coletiva, surgindo como um dos maiores teóricos que discorrem à respeito do tema, sendo utilizado nas mais diversas áreas de pesquisa, por muitos estudiosos.

Halbwachs aponta que “se o que vemos hoje toma lugar no quadro de referências de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptam ao conjunto de nossas percepções do presente. É como se estivéssemos diante de muitos testemunhos”. Ela se modifica e se rearticula conforme posição que o sujeito ocupa e as relações que ele estabelece nos diferentes grupos que ele participa (HALBWACHS, 2006, p. 29). Assim, as memórias individuais vão se alimentando da memória coletiva e, conseqüentemente, histórica, ao incluírem elementos mais amplos do que a memória construída pelo indivíduo e pelo seu grupo. Ou seja, nossas lembranças são baseadas não somente no nosso pensamento, mas, também, no de outras pessoas, o que as torna, também, coletivas (COUTO, 2013, p.38).

Ao encontrarmos um amigo, recordamos momentos vividos. Neste momento, os fatos vividos ganham mais força, pois estes não estão mais sós para serem representados. Halbwachs concorda com este conceito ao declarar que:

... nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Entretanto, para que a nossa memória se aproprie da memória do outro, é necessário que uma relação de concordância exista entre elas, ou seja, não basta apenas o seu testemunho, é necessário que haja pontos em comum para que as lembranças ordenadas sejam reconstruídas sobre ele. É preciso, também, que esta reconstrução funcione a partir de dados ou noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, conforme sustenta Halbwachs (2006, p. 39). Esta troca entre as memórias é possível apenas em sujeitos de um mesmo grupo, pois é no acervo de nossas memórias, que as lembranças nos tornam e nos fazem sentir integrantes e identificados como pertencentes a um determinado grupo.

A respeito da memória, o autor pontua três classificações específicas que nos ajudam a entender a importância da mesma: a individual, a coletiva e a histórica. A individual é dada como original, pois surge através de uma testemunha do fato. No entanto, sozinha não é capaz de reconstituir com precisão a ação testemunhada, causando uma dependência da nossa vida social para que ela se torne histórica, pois mesmo que o sujeito tenha a lembrança, esta está interagindo com o meio social no qual ele está inserido. Por sua vez, a memória coletiva é o resultado de uma reconstrução individual, onde as memórias individuais formam uma forma mais completa da memória coletiva. E, a histórica é a reconstrução do passado baseada em fatos que foram documentados.

Diante desses conceitos, Ferreira Netto, observa:

... se por um lado, a memória individual é a única e verdadeiramente confiável, por outro lado ela é fragmentária; se, por um lado, as memórias coletiva e histórica não são confiáveis, por outro, são as que se apresentam com maior precisão e poder explicativo (FERREIRA NETTO, 2008, p. 30).

Assim, a memória individual é pré-requisito para a existência da memória coletiva, pois, estas contêm as memórias individuais, ou seja:

Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali eu ocupo, e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes (...) quando tentamos explicar essa diversidade, sempre voltamos a uma combinação de influências que são todas de natureza social. Algumas dessas combinações são extremamente complexas. Por isso, não depende de nós fazê-las reaparecer (...). A sucessão de lembranças, mesmo as mais pessoais, sempre se explica pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos ambientes coletivos, ou seja, em definitivo, pelas transformações desses ambientes, cada um tomado em separado, e em seu conjunto (HALBWACHS, 2006, p. 69).

Quando o sujeito expõe as lembranças de sua memória individual, ele está, na verdade, colocando elementos de uma memória coletiva, pois sua memória está permeada de aspectos sociais que ele presenciou ou ouviu falar. É a memória que possibilita o significado que é dado às experiências vividas. Quando o sujeito resgata o passado, ele o recria e também se inclina para o futuro. Desse modo, “a lembrança corresponde a um acontecimento distante no tempo, a um momento de nosso passado” (HALBWACHS, 2006, p. 55).

Assim sendo, ao narrar, o sujeito faz, fatalmente uso, como indivíduo, da memória coletiva, sobretudo quando há relação direta entre a memória e a narrativa, pois a oralidade é, em muitos casos, a forma mais universal de perpetuar a história de um povo. Nessa visão, a memória deixa de ser apenas uma lembrança e, por ser coletiva, ganha *status* de documento histórico. Foi dessa forma, de acordo com Ferreira Netto, que muitas sociedades garantiram sua identidade e permanência (FERREIRA NETTO, 2008, p.17).

Barthes, nesse sentido declara que:

a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade; não há em parte alguma povo algum sem narrativa; todas as classes, todos os grupos humanos têm suas narrativas e frequentemente estas narrativas são apreciadas em comum por homens de culturas diferentes e mesmo opostas (BARTHES, 2011, p.19, apud COUTO, 2013).

É certo que há uma relevância entre a oralidade e a escrita dada por cada sociedade para manter a sua identidade. Sobre esse aspecto, Linton aponta que, para descrever o funcionamento das sociedades, é necessário observar como cada uma delas observa os diferentes padrões que condicionam o comportamento dos indivíduos, concebendo *status*, que decorre através do papel social desempenhado pelo indivíduo (LINTON, 1981). Seja como for, na oralidade ou na escrita, a permanência e a propagação dos papéis sociais são feitos através das narrativas que são transmitidas de geração em geração. São as narrativas que nos fazem recordar o passado, ao permitir reviver e reconstruir as nossas lembranças, pois “quando uma representação mental é comunicada de um indivíduo a outro (...) ela se transforma em representação pública” (CANDAU, 2012, p. 37).

É por isso que,

... na memória individual, haverá fatos que se repetem entre vários indivíduos que participam da mesma comunidade de interlocução geradora desses mesmos fatos memorizados. As memórias, dessa maneira, se associam pela comunhão de lembranças comuns que permitem, por sua vez, o reconhecimento e a familiaridade entre todos os membros participantes dessa comunidade (FERREIRA NETTO, 2008, p. 31).

Seguindo esse raciocínio, a memória nunca é puramente individual, uma vez que há a associação de lembranças comuns em um mesmo grupo, que possibilita nutrir o sentimento de igualdade e identidade. Portanto, a memória coletiva é o resultado de um esforço de um grupo para resgatar elementos comuns na lembrança e nos momentos compartilhados. “O próprio evento da enunciação da criação da narrativa contribui para a memória coletiva, bem como para sua transformação e atualização” (FERREIRA NETTO, 2008, p.33) e “na memória histórica, ainda que a mesma contribuição do ouvinte possa ocorrer, essa contribuição tem uma escala muito diferenciada”, haja vista que “a memória histórica é cumulativa, os relatos das testemunhas dos primeiros eventos acumulam-se aos relatos das testemunhas dos eventos seguintes e assim sucessivamente” (FERREIRA NETTO, 2008, p. 32).

Desse modo, percebemos que há uma relação muito próxima entre a memória individual e a coletiva, pois ambas possuem pontos de ligação com a memória histórica. É importante ressaltar que “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural” (CERTEAU, 2008, p. 66), resultante de uma combinação de elementos que se fundem através de uma prática científica e de uma escrita que pode, também, ser uma escrita de si.

Este tipo de estudo tem recebido como foco os trabalhos direcionados à constituição e à transformação das cidades, às experiências de trabalhos e de lutas sociais, aos modos de viver, de se relacionar, de se (re) territorializar, às formas de construção da memória e às representações nas suas diversas interferências e nas estratégias que os grupos sociais se apropriam para tal.

4.1 SUJEITOS E MEMÓRIAS: abrindo caminhos e possibilidades para contar e recontar a história

Quando os sujeitos se colocam a disposição para contar uma história, eles estão partilhando informações que estavam dispostas até então em sua memória. Essa questão se tornou assunto de extrema relevância nas pesquisas, pois, baseada nestes relatos, novos caminhos são abertos possibilitando novas análises a respeito do fato narrado. Ao realizar as entrevistas com os sujeitos, uma relação muito particular entre eles e o pesquisador é originada.

Tendo como referência os conceitos metodológicos descritos no início deste capítulo, uma reflexão crítica foi conduzida a respeito do lugar ocupado por estes nesta pesquisa – o sujeito como fonte de historicidade humana. Com base neste preceito, estes sujeitos, destacaram-se pelo seu papel de historiadores, mostrando na teoria e na prática que o homem é capaz de agir sem abrir mão da sua capacidade de reinventar as condições de sua existência.

Viver é um risco! Para Arendt,

em toda ação a pessoa se exprime de uma maneira que não existe em outra atividade. Daí a palavra é também uma forma de ação. Eis então o primeiro risco. O segundo é o seguinte: nós começamos alguma coisa, jogamos nossas redes em uma trama de relações, e nunca sabemos qual será o resultado ... Isso vale para qualquer ação, e é simplesmente por isso que a ação se concretiza - ela escapa às previsões. É um risco. E agora acrescentaria que esse risco só é possível se confiarmos nos homens, isto é, se lhe dermos nossa confiança - isto é o mais difícil de entender - no que há de mais humano no homem; de outro modo seria impossível (Arendt, 1993, p. 143).

Acreditando nestas acepções, demos vez e voz aos sujeitos, procurando escavar em suas memórias as recordações a respeito das mudanças que ocorreram em Roraima, oriundas do processo migratório, deflagradas por estratégias políticas impelidas pelos governantes de Roraima, atraindo um imenso fluxo migratório, como veremos no próximo capítulo.

4.1.1 Paulo Roberto Xaud

Nascido e criado em Boa Vista, Paulo Roberto Xaud, se emocionou várias vezes, ao recordar vários aspectos que vieram à tona com o decorrer da entrevista.

Durante sua jornada, foi estudante, professor, coordenador pedagógico de vários projetos na educação, na capital e no interior, e, também, vice-diretor de escola. Desse modo, ele testemunhou inúmeras mudanças ocorridas na educação.

As primeiras palavras dele, trazidas por sua memória, referem-se ao final da década de 60 e início dos anos 70, quando Roraima ainda era denominada ex-território.

“O número de escolas era muito pequeno... Era uma época em que faltava energia constantemente... Ela chegava às 18h e ia embora às 22h. A cidade (Boa Vista) era restrita, praticamente, aos anéis do Centro Cívico... A carência aqui era a maior possível. Não existia estrada. Para sair daqui só com avião da FAB¹²” (XAUD, 2015)

Ainda quando criança, ele se recorda do Hélio Campos como governante, e depois dele, vieram outros, alguns deles, militares, mas todos empossados por Brasília.

Para ele, a história da educação em Roraima, passa pelo trajeto marcado pela carência e pela necessidade.

Ele recorda carinhosamente de alguns professores que passaram em sua vida e que mesmo, diante, das dificuldades apresentadas, foram indispensáveis a sua formação: Laymerie, Sidalina e, *in memoriam* Maria das Neves Rezende (segundo ele, uma das melhores professoras da Escola São José¹³).

Em 1983, com a conclusão do que hoje chamamos, Ensino Médio, ele foi chamado para desenvolver um projeto chamado PRODEARTE (Programa Nacional de Desenvolvimento da Arte), financiado pelo governo federal, que atendeu a mais de cinco mil alunos, convidado pela professora Selma Mariot, até hoje, chefe do Censo Escolar de Roraima.

Foi professor do Oswaldo Cruz, Camilo Dias e São José, da disciplina de Educação Artística, dando aulas práticas de escultura e entalhe em madeira.

Ele relata que o quadro da educação era formado basicamente por mulheres, destacando que o mesmo era composto por cerca de 80% delas. Além deste aspecto, ele enfatiza que a maioria dos profissionais da educação eram oriundos de outras regiões. Muitos deles, da Paraíba. Este período refere-se a meados dos anos 80.

¹² Força Aérea Brasileira

¹³ Nesta época, a Escola São José funcionava com internato feminino e abrigava em suas salas de aula as filhas dos grandes fazendeiros que cursavam o que chamavam de Ginásial.

Em 1985, um professor de História sofreu um acidente, ficando impossibilitado de ministrar suas aulas. Por consequência, ele é convidado para assumir a disciplina, tornando-se, então, professor de História.

Seguindo orientações da Marilene, ele é impulsionado a fazer o Magistério à Distância (LOGUS 2), único curso de capacitação existente, até então, na região, para que ele fosse habilitado, ao menos, a ministrar aulas no Ginásio.

Em 1986, com a transformação do Território em estado, o governador empossado, Romero Jucá, “viu que o funcionalismo era muito pesado” para um estado novo e transferiu a responsabilidade para a União, gerando o quadro de professores do Ex-território de Roraima.

Posteriormente, foi professor de, praticamente, todas as escolas do Centro de Boa Vista, onde teve contato com muitos professores paraibanos, sobretudo na época que ele denomina como época do Supletivo.

Foi no Centro de Supletivo que ele passou a exercer a função de vice-diretor, convidado pela Secretaria de Educação, pelo mérito reconhecido através do seu trabalho.

Trabalhou ainda, na Educação de Jovens e Adultos, na Educação à Distância e envolveu-se no Programa da Fundação Roberto Marinho, PETEM¹⁴.

Anos depois, passou a ser coordenador, recebendo a missão de ministrar, nos interiores, cursos voltados ao ministério das aulas no EJA, projeto implantado em mais de 30 localidades, incluindo malocas.

Ele recorda das dificuldades enfrentadas: “pelos interiores... viajávamos em Toyotas, enfrentávamos lamaçais, dormíamos cheirando diesel...”

Por estes locais, ele encontrou e fez muitas amizades com professores paraibanos que foram destinados às regiões de maior carência. Segundo ele, eles estavam muito satisfeitos porque ganhavam salários que jamais viram na Paraíba.

O desgosto pela educação surgiu quando teve seu nome exonerado, do cargo de coordenador, através da publicação no diário Oficial. Para ele, tratou-se de questões políticas.

¹⁴ O entrevistado não se recorda do significado da sigla, mas, relata que era um programa semelhante ao EJA, no entanto, com o uso de mídias, televisivo, como opção para os trabalhadores vencerem os estudos em tempo hábil.

Figura 8: Entrevistado Paulo Roberto Xaud



Estudante, professor, vice-diretor e coordenador de projetos na área da educação

4.1.2 Maria Meire Saraiva Lima

Maria Meire Saraiva Lima nasceu em Boa Vista. Por sua convivência com nordestinos, dos quais adquiriu alguns hábitos, muitas vezes é confundida como tal. Possui Licenciatura Curta, Plena e Pós-Graduação.

Em suas primeiras falas, ela relata que aqui não tinha faculdade e por esse motivo foi à Fortaleza para estudar, mas a saudade de casa impediu que ela concluísse seus estudos.

Perseguindo seu sonho, o de ser professora primária, ela foi cursar o Normal, que habilitava “regentes de ensino” para o ensino do Magistério, nas séries iniciais, oferecido na Escola Monteiro Lobato.

Seu sonho foi realizado quando começou a ministrar aulas no Afrânio Coutinho, escola mantida pela Prefeitura Municipal de Boa Vista. Mas isso não durou muito, pois, algum tempo depois, teve seu sonho interrompido, quando foi exonerada por questões políticas. Desanimada, decidiu viajar para Fortaleza à casa de familiares.

Por volta de 1975, com a parceria desenvolvida pelo Governo do Território com a Universidade de Santa Maria - RS, ela ingressou na primeira turma que se deslocou para o Sul, a fim de concluir seus estudos e tornar-se habilitada.

Seis anos depois, de volta à Boa Vista, houve uma seleção para contratação de professores. Desse modo, ela foi selecionada e passou a dar aulas no Diomedes.

Dando sequência aos seus estudos, fez Licenciatura Plena pela Universidade do Pará.

Dois ou três anos se passaram quando foi transferida para a Escola São José, ocupando o cargo de professora e supervisora, compreendendo um período de oito anos.

Mais recentemente, concluiu a Pós-Graduação, no campo das Ciências Sociais, pela Universidade Federal de Roraima.

A Meire Saraiva foi, também, diretora do Treze de Setembro, diretora interina da Escola Técnica - cargo que possibilitou conhecer vários lugares do Brasil, como Belém, Manaus e Brasília, pois, em sua função, ela precisou conhecer outras escolas a fim de aprender sobre o funcionamento das mesmas. Também trabalhou na Comissão de Moral e Cívica, no Núcleo de Currículos e Programas, na Divisão de Ensino de Segundo Grau e depois, Cultura, no cargo de Diretora do Patrimônio Histórico, cargo que ocupa até os dias desta pesquisa, há 26 anos, orgulhosa por ter conseguido reunir os documentos que estão à disposição dos visitantes. Também é aposentada pelo Governo Federal.

Recorda com saudosismo dos amigos migrantes, a maioria da Paraíba, alguns, ainda, residentes em Boa Vista, outros não mais, pois retornaram a sua terra natal. São amigos que fez ao longo de sua jornada em que esteve presente na Secretaria de Educação e teve contato direto com eles, como professora, supervisora e/ou como membro da comissão que analisava os currículos recebidos pela Secretaria de Educação.

Surge como fonte histórica ao relatar os acontecimentos que ocorreram em vários períodos da História da Educação de Roraima, desde a sua infância aos dias atuais.

Figura 9: Entrevistada Maria Meire Saraiva Lima



Fonte: Elaboração própria. Registro da autora (NASCIMENTO, 2016)

4.1.3 Luiz Darlen da Silva Cavalcante

Luiz Darlen da Silva Cavalcante nasceu e cresceu em Boa Vista, Roraima. Possui formação em Técnicas Agropecuárias, Magistério e Licenciatura Plena em Educação Física, esta última, concluída em 1990, pela Universidade do Amazonas.

Sua trajetória na educação começou com o Projeto de Hortas Escolares, no ano de 1984. Este projeto foi desenvolvido em parceria da escola em que trabalhava, Escola Estadual Ana Libória, e a Secretaria de Educação, e consistia em aulas práticas e teóricas onde eram dispostas as bases para agricultura familiar.

Para que ele pudesse continuar ministrando aulas, ele foi fazer o Magistério, que era oferecido através de um programa dado pelo Ministério da Educação, a fim de habilitar àqueles profissionais que estavam inseridos na educação, ainda na época do Território Federal de Roraima, início dos anos 80.

Naquela época, a Universidade Federal de Roraima começava a dar seus primeiros passos, oferecendo Cursos de Extensão (semi-intensivos) de outras

universidades, como a do Amazonas. Assim sendo, ele ingressou no Curso de Licenciatura Plena em Educação Física.

Quando ainda cursava a sua licenciatura, foi inserido no Projeto Escola Viva, tendo como base as teorias de Paulo Freire: trabalhar a educação a partir do que a comunidade dispunha. Foi a partir deste projeto que ele começou a conhecer vários professores paraibanos com os quais desenvolveu laços de amizade.

Para que ele pudesse continuar sua trajetória como professor, depois de um certo período, seu nome foi submetido ao Conselho Territorial de Educação, órgão responsável pelo enquadramento dos professores na Educação. Seu nome foi aprovado e, tendo assim, o enquadramento como profissional da educação.

Segundo ele, o conselho fazia uma reunião fechada, com pessoas eleitas pela própria Secretaria de Educação, sem a presença do profissional a ser avaliado. A escola mandava um representante, mas, ao final, era o conselho quem decidia. Foi quando, definitivamente, recebeu a autorização para lecionar Técnicas Agropecuárias. Vale ressaltar que esta comissão existe até os dias atuais.

Para ele, trabalhar no serviço público na época do Território era melhor dada as condições financeiras oferecidas. As escolas tinham uma estrutura física adequada. Havia um apoio financeiro muito maior.

“O país saía de um regime ditatorial... O Território tinha um *governo tampão*... e havia muito dinheiro e eles realmente investiam na educação... Ramos Pereira... Ottomar de Souza Pinto... todos militares, indicados por Brasília” (DARLEN, 2016).

Foi amigo pessoal do Professor Josemar Coelho, pessoa que recebeu “carta-branca” do governador Ottomar de Souza Pinto, para ir até Campina Grande, na PB, em busca de professores paraibanos que tivessem melhor capacitação (Licenciatura).

Hoje, muitos destes professores, amigos pessoais, fazem parte do quadro de professores ou ocupam cargos comissionados, no Governo do Estado de Roraima, enquadrados como professores do ex-Território. Outros, estão no Instituto Federal de Roraima, e outros mais, na Universidade Federal de Roraima. Alguns outros, já aposentados, voltaram à sua terra natal: Paraíba, dos quais recorda com estima e apreço.

Figura 10: Entrevistado Luiz Darlen da Silva Cavalcante



Fonte: Elaboração própria. Registro da autora (NASCIMENTO, 2016).

4.1.4 Maria Leogete Joca da Costa

Maria Leogete Joca da Costa é paraibana, nascida na cidade de Boa Ventura, no alto sertão. Ela surge com suma importância para a realização deste trabalho, ao se dispor como referência, relatando como se deu o processo desencadeado pelo governo, no intuito de adquirir professores capacitados na Paraíba.

Ela se recorda perfeitamente de inúmeras placas dispostas pelos corredores da universidade anunciando e convidando profissionais para irem à Boa Vista, oferecendo salários bons e moradia.

Entre muitos, ela foi uma das que tomou a decisão de vir de lá para cá. Presenciou as estratégias tomadas pelos agenciadores em trazer os professores da Paraíba à Roraima, conduzidos pelas forças políticas de Roraima, surgindo, também, como porta-voz de muitos outros que se aventuraram, pois conheceu muitos deles, com quem trocou experiências e fez grande amizade.

Figura 11: Entrevistada Maria Leogete Joca da Costa



Fonte: Elaboração própria. Registro da autora (NASCIMENTO, 2016).

4.1.5 Laymerie de Castro Ramos

Laymerie de Castro Ramos nasceu e cresceu em Boa Vista, Roraima. Ele presenciou as mudanças na educação em Roraima, dadas a partir dos anos de 1970, quando se abrandava o rigor da ditadura militar no Brasil.

Esteve envolvido com a educação de diversas formas: foi estudante, professor, coordenador... Também, é escritor.

Enquanto escritor tornou-se imprescindível para este trabalho, ao descrever em seu livro de memórias, *Educação: memórias e reflexões*, o processo de desenvolvimento da educação em Roraima, trazendo inúmeras reflexões.

Para ele, é inevitável retornar à comparação do ensino vivenciado por ele como estudante e a escola de hoje.

As diferenças começam a ser pautadas a partir da composição do currículo. Quando estudante: Português, Matemática e Conhecimentos Gerais (englobava os aspectos de Geografia, História, Filosofia, Geografia e Antropologia), compunham o currículo escolar. Hoje, segundo ele, o currículo é muito mais rico.

Embora a escola tivesse um currículo tão diminuto, a escola fazia o seu papel bem feito. “Era uma escola que dava certo, atendendo aos propósitos da sociedade e, sua época, forjando as lideranças” (RAMOS, 2007, p.39).

Da escola antiga, ele ressalta a importância de se resgatar os valores de maneira transdisciplinar.

Acho de fundamental importância, que a solidariedade, o respeito, a honestidade, sejam cada vez mais imprescindíveis como sustentáculo da vida social, democrática, justa e igualitária. E a crise ética vivida em nosso país nos dá testemunho disso. A própria lei reconhece a necessidade e a expressam, tanto a Constituição Federal quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (RAMOS, 2007, p. 40-41).

Ao final de seu livro, ele encerra elencando alguns aspectos que são necessários à uma discussão urgente... formação, padrões salariais, condições de trabalho... a rotatividade de professores e a falta de uma política educacional séria, que parta em busca de soluções para os problemas existentes.

Seu livro *Educação: memórias e reflexões* surge como um dos poucos ou único que trata o assunto sob este aspecto.

Figura 12: Laymerie de Castro Ramos



Fonte: Elaboração própria. Registro da autora (NASCIMENTO, 2016)

4.1.6 Outras memórias

No desenvolver deste trabalho, tivemos contatos com muitas pessoas que estiveram envolvidas, de forma direta ou indireta, com o processo educacional em Roraima, alguns deles, professores paraibanos. No entanto, por motivos de força maior e com medo de sofrer retaliações, solicitaram que seus nomes fossem mantidos no anonimato, pois estes ocupam cargos comissionados, no Governo do Estado de Roraima.

Estas pessoas se tornaram de extrema importância, ao relatar dados até então, desconhecidos, que nos ajudaram a construir a história da educação no estado e a entender como se deu o processo de migração dos professores paraibanos à Roraima.

Atendendo ao pedido deles, e grata por terem colaborado com este trabalho, seus nomes foram substituídos por pseudônimos. São eles: Antônio Prado, José Alcântara, Joana Souza, Emília Costa e Maria Silva.

5 CAPÍTULO 4: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM RORAIMA: o lugar dos professores paraibanos

Ao buscar por fontes escritas a respeito da história da educação em Roraima, pudemos nos deparar com a situação de que elas praticamente não existem, salvo alguma pequena referência encontrada em um ou outro texto acadêmico, retratando algum aspecto relacionado à educação no estado.

Para iluminar o caminho que pretendemos traçar, acabamos por encontrar um pequeno livro do Professor Laymerie de Castro Ramos, intitulado *Educação: memórias e reflexões*, que veio contribuir enormemente para o desenvolvimento deste trabalho.

Logo no prefácio, percebemos que o autor compartilha da mesma angústia ao relatar que “é uma pena que os registros desses momentos tenham, em grande parte, se perdido, restando poucas e esparsas informações escritas, o que torna particularmente difícil seu resgate” (RAMOS, 2007, p. 9).

Para dar continuidade ao seu trabalho, ele contou com a ajuda de sujeitos que participaram do processo educacional em Roraima. E foi com a ajuda das informações registradas por ele e trilhando o mesmo caminho que o autor percorreu (busca de sujeitos históricos) que conseguimos desenvolver este trabalho.

5.1 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO CONTEXTO POLÍTICO EM RORAIMA (1980-1990)

A respeito dos atores políticos, duas forças surgem como responsáveis pelo desencadeamento de todos os aspectos ressaltados neste trabalho: o governador Romero Jucá, por ter detectado a necessidade de transferir o servidores (do ex-Território) para a União, pois ficaria “muito pesado” para o governo estadual assumir o custo, o que deu origem aos professores do ex-Território: “nós fomos transferidos mas não fomos acolhidos por nenhum Ministério, foi uma maneira que ele encontrou de não gerar muito ônus pro Estado Novo” (XAUD, 2015), e Ottomar de Souza Pinto, que mais impulsionou a educação, pois, foi ele quem teve a “visão de buscar fora o que não tinha aqui” (XAUD, 2015).

Quanto à infraestrutura, segundo as entrevistas realizadas, ainda podemos destacar, Neudo Campos, que aparece como responsável por promover a construção de todas as escolas, denominadas padrão, mas as forças políticas subsequentes não permitiram a evolução.

Para Saraiva, houve uma decadência na educação, e isso devia-se, sim, às forças políticas...

A decadência que eu falo é algo mais contemporâneo, dos últimos dez anos. Uma tendência do Brasil. Era frequente a nomeação de cabos eleitorais pra direção de escola, sem nenhuma formação ou ligação com a educação (SARAIVA, 2015).

5.2 EDUCAÇÃO EM RORAIMA (1970- 1980): memórias de Laymerie Ramos

Segundo Ramos (2007) a educação em Roraima, sobretudo, no final dos anos 70, sofreu grandes mudanças, época em que a Ditadura Militar abrandava-se no Brasil. Para compreendermos melhor a evolução, começemos por elencar como era a situação nas escolas da cidade de Boa Vista.

O quadro de professores era composto por “professores exigentes e nos entupiam de tarefas. E nem havia professores exclusivos. Eram, geralmente, os padres e respeitáveis profissionais liberais. As matérias ou disciplinas, como chamávamos aos componentes curriculares, variavam de 11 (onze) na 1ª série ginasial até 14 (quatorze) na 4ª série. E as provas eram mensais... (RAMOS, 2007, p. 11).

Era comum ouvir que os jovens rio-branquenses – filhos do então Território Federal do Rio Branco – não encontravam dificuldades em acompanhar o ensino nas escolas de outros estados brasileiros, quando para lá se transferiam ou iam em busca de níveis mais altos de escolarização. Somente nos eram oferecidos os cinco anos de ensino primário e os quatro de secundário. Não havia o Ensino Médio por aqui. Isso foi antes da Lei nº 4.024/61, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (RAMOS, 2007, p. 13).

Desse modo, só quem tinha acesso e podia dar continuidade aos seus estudos eram aqueles que possuíam recursos financeiros. Tal fato foi constatado por Ramos quando, mais tarde, ganhou uma bolsa para estudar no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro (Colégio Padrão no Brasil, conceituado como o de melhor ensino) e encontrou por lá, muitos conterrâneos.

Alguns anos depois, quando, de volta à Boa Vista e já com a Lei nº 4.024/61, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em vigor, Ramos deu-se conta da situação difícil que compunha o quadro da educação em sua cidade e estranhou a dificuldade que “alunos de quarta série primária apresentavam para ler e interpretar textos e para escrever coisas simples como bilhetes” (RAMOS, 2007, p. 13). Quinze ou dezesseis anos se separam desde que ele era aluno e a situação nada ou pouco havia mudado.

No início dos anos 70, é aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei nº 5.692/71. Ramos viu-se trabalhando na educação. Segundo ele, foi a...

... circunstância de uma época e de uma cidade pequena, onde não havia muitas opções de emprego. Daí a tornar-me professor seria consequência natural... a mesma visão que me dava a certeza de não querer ser professor tornou inevitável a comparação entre o que eu vivi como aluno e o que começava a viver na escola (RAMOS, 2007, p. 11- 12).

Inserido no campo educacional, tais percepções foram se acentuando ao longo do tempo e isto começou a lhe inquietar: erros de regência e de concordância (...) números crescentes em inscrições nos supletivos. (...) Era tudo muito esquisito. (RAMOS, 2007, p. 14).

Entre 1973 e 1976, o Governo do Território fez uma aliança com a Universidade Federal de Santa Maria – RS, onde foram oferecidos cursos de licenciatura curta, a fim de promover o nível de qualificação dos professores que compunham o quadro educacional.

Após esse período, Ramos passou a atuar como Coordenador de Planejamento da Secretaria de Educação. Tal posição fez com que ele percebesse que os problemas que ele visualizava antes, em sala de aula, eram, na verdade, muito maiores e não se restringiam àquele âmbito. Eram muitos os professores sem educação superior.

Vivíamos sob a égide do golpe militar de 1964... a maior parte dos programas e dos materiais didáticos vinha pronta do Ministério da Educação (...) os recursos federais eram direcionados para outros programas que o governo considerava como prioritários (...) Acrescente-se a isso o fato de Roraima, como Território Federal, tendo seu Governador nomeado diretamente pelo Presidente da República, obedecer muito mais aos desígnios do Governo Central do que aos desejos de seus próprios filhos. Isso resultou na herança política da centralização do poder no Estado e municípios (RAMOS, 2007, p. 15).

Já no final da década de 70, as discussões acerca dos novos rumos que a educação em Roraima deveria tomar foram acentuadas. Eram feitas rodas de debates na Secretaria de Educação, do até então Território de Roraima, envolvendo currículo, supervisão e avaliação, até que, uma equipe, para coordenar internamente os debates, foi criada.

Como consequência, no início de 1981, foi criado o Plano Territorial de Educação, levando tais discussões até à escola. Professores, diretores de escolas, vices e supervisores foram envolvidos. “Era um tempo de muita animação. Parece que havíamos descoberto o caminho para ir além daquele “tecnicismo” advindo da LDB então em vigor, a Lei nº 5.692/71” (RAMOS, 2007, p. 18).

O movimento pelo resgate da qualidade da educação, do status do professor e de sua função social entrava em cena. Pensava-se o início de uma nova fase (...) a importância maior fazer do saber educacional reside efetivamente no trabalho de sala de aula (RAMOS, 2007, p. 18).

No entanto, em 1981, com o momento de transição ocorrido na Secretaria, todo esse trabalho foi deixado de lado... “a nova administração entendia como perda de tempo esse processo todo, considerando que o papel do professor era ‘estar em sala de aula’” (RAMOS, 2007, p. 18).

Dois anos depois, em 1983, pareceu que nem tudo estava perdido. Novas equipes foram mobilizadas e deslocaram-se até às escolas para ouvir os professores, diretores e a comunidade. Mas, segundo ele, isso durou um único semestre (RAMOS, 2007).

5.3 EDUCAÇÃO EM RORAIMA: memórias de Paulo Roberto Xaud

A inserção de Xaud na educação, como profissional, dá-se em 1983. Ele já havia “terminado seus estudos”¹⁵ quando foi chamado para desenvolver um projeto chamado PRODEARTE, Programa Nacional de Desenvolvimento da Arte, financiado pelo Governo Federal.

Nesse mesmo período, foi orientado a fazer o Magistério. Anteriormente, este curso era oferecido por uma escola que ficava ao lado do Gonçalves Dias. Com

¹⁵ O termo “terminar os estudos” referia-se ao que, hoje, chamamos de Ensino Médio. Nota-se que, era o nível mais alto disponibilizado em Roraima, até então.

a extinção da mesma, ele precisou fazer o Magistério à Distância, LOGUS 2, a fim de “me habilitar na Educação Básica. Tinha o estágio e uma série de coisas porque já estava dando aula e ao mesmo tempo dava aula de história” (XAUD, 2015).

Na época, Boa Vista era uma pequena cidade formada por menos de vinte mil habitantes. Quem acabava por lecionar eram aqueles que tinham a escolaridade mais alta (XAUD, 2015).

Em 1986, o território passa a ser estado. Neste momento, ele começou...

[...] a dar aula no São José, já como professor efetivado na cadeira¹⁶ e consegui rodar praticamente todas as escolas do centro de Boa Vista, Dei aula no Oswaldo Cruz, Euclides da Cunha, Monteiro Lobato, na década de 1980 pra 1990. Inclusive, trabalhei com muitos professores paraibanos e nessa mesma época todos eles foram efetivados, principalmente na época do Supletivo. Eu passei oito anos da minha vida no Supletivo e pude conhecer vários deles porque foi um período muito longo. Trabalhei com a Educação de Jovens e Adultos e depois trabalhei com Educação à Distância. Foi uma experiência grande, quando nos inscrevemos no Telecurso 2000, promovido pela Fundação Roberto Marinho (XAUD, 2015).

A proposta era de implantar no Estado uma modalidade utilizando a Tele Aula, valendo-se do recurso que a Fundação tinha disponível. A partir desta iniciativa, deu-se origem ao PETEM¹⁷, que corresponde ao que hoje é chamado EJA (Educação de Jovens e Adultos), tendo sido implantando em mais de trinta localidades.

Neste projeto, segundo Xaud, englobou-se a atuação de diversos professores, entre locais e migrantes, pois os próprios professores da escola participavam de projeto. Os professores paraibanos estavam entre eles:

Nesse projeto era aproveitado o próprio professor da escola e entre eles muitos eram da Paraíba, tanto na capital quanto nos interiores, principalmente, porque quando esses professores chegavam, eles não escolhiam onde trabalhar. Eles iam onde a necessidade era maior e os municípios sempre tiveram grande necessidade, eram menos desenvolvidos e muita gente não queria ir para esses municípios, então, muitos deles eram destacados pra essas áreas. Apesar de tudo, eles transmitiam satisfação, porque o salário era menos injusto do que é hoje. Eles ganhavam relativamente bem em relação ao local de origem, de onde eles vieram e a vida no interior era mais barata que na cidade. Nós tivemos uma gratificação de localidade, por trabalhar no interior, até a década de 1990, porque isso aqui é região de fronteira, depois foi tirado, e, parece, não tenho certeza, que foi deixado pro pessoal do município de Bonfim e Pacaraima, que é realmente fronteira (XAUD, 2015).

¹⁶ Como era chamado a disciplina.

¹⁷ O entrevistado não se recordou do significado desta sigla.

Nessa época, a questão da origem de professores estava bem mesclada, já havendo um grande número de professores migrantes, por volta do ano de 1983. “A partir dessa época foi possível ver muita gente de fora no meio educacional. No período anterior a esse, não se via isso, era só roraimense mesmo ou pessoas que já moravam aqui há muito tempo”, aponta Xaud:

Quando eu fui substituir o professor paulista de História, por exemplo, disse pra ele que eu não teria competência pra ensinar História, porque achava muito difícil. Eu teria que saber toda a história e eu era um professor de Artes nato, era o que eu sabia fazer. Então, ele disse que me ajudaria, que me ensinaria. Ele me ensinou História de um modo fantástico, ele possuía muito conhecimento e eu me tornei um discípulo, um aluno dele. Então nós nos dedicávamos a realmente ensinar (XAUD, 2015).

Mas, havia um perfil diferenciado de ensino, conforme aponta Xaud. “Esses profissionais, os professores de fora, sempre estimulavam os alunos a pensar, não se prender somente aos livros, mas também refletir, mas também não recebiam o valor e reconhecimento que devia”.

Conforme o entrevistado, esses professores, na condição de pioneiros e com Graduação, em detrimento da pouca ou nenhuma formação dos professores locais, deveriam ter sido mais reconhecidos e valorizados.

Desse modo, muitos destes professores paraibanos foram convidados a dar aulas no LOUGUS 2, que passou a ser coordenado por profissionais de grande competência em docência e com boa formação acadêmica, segundo Xaud, muitos deles, os paraibanos: “o curso que fiz, Logus 2, era coordenado por profissionais (...) inclusive que, hoje, dão aula na Universidade, e que eram os ícones da época. Muitos deles eram da Paraíba, como é o caso do Larry e da Aparecida¹⁸.” (XAUD, 2015).

A história da educação em Roraima, segundo Xaud, desde a época do território até a década de 90, teve períodos muito distintos, mas com características muito próprias. Sobre os professores locais, ou seja, aqueles nascidos em Roraima, enfatiza:

Os professores eram mais por vocação, não tinha formação alguma, mas sempre levavam muito a sério aquilo que faziam e, mesmo quando comparados a professores de fora, que possuíam formação, abraçavam e faziam bem feito. Naquela época a progressão salarial se dava por tempo

¹⁸ No momento da entrevista, Xaud não se recordou dos sobrenomes.

de serviço e não por título. (...) cada professor, independente de formação ou não, dedicava-se a efetivamente ensinar os alunos (XAUD, 2015).

A respeito das escolas existentes, em Boa Vista, na década de 1980, Xaud aponta: Princesa Izabel, São José, Euclides da Cunha, Oswaldo Cruz, Lobo D'Almada, Rodrigo Braga, Escola Pescador e a Escola Roraimense. Esta última, tornou-se pioneira a implementar o Ensino Médio: “Era uma escola que funcionava no noturno, onde hoje é a recepção do Hospital do Exército, na Ene Garcez¹⁹. Isso é da minha época de estudante, do período militarista (XAUD, 2016).

Quanto à escola São José, ainda na década de 1980, diferenciava-se das demais por ter um perfil feminino: “eu trabalhava no meio de oitenta e três mulheres, professoras, diretora, só tinha eu e um outro amigo que era professor de História, nesse barco (XAUD, 2015). Além disso, estudavam apenas mulheres:

São José era uma escola muito conservadora, onde só estudavam meninas, a farda era abaixo da canela e paralela a ela era o internato, onde os pecuaristas e fazendeiros daqui deixavam suas filhas internadas e só saíam pra estudar... saíam não, entravam pelos fundos da escola, à época era o Ginásio, depois mudou pra 5ª a 8ª série e hoje é o Ensino Fundamental II. A história da educação aqui traça esse percurso, da carência com a necessidade e, talvez, hoje, o que nós temos de professores da época antiga que, mesmo sem formação, são considerados pra mim como pessoas muito importantes para o desenvolvimento... é o professor Vaimeri, professora Cidalina, em memória, professora Maria das Neves Rezende, (...) era uma das melhores professoras da escola São José (XAUD, 2015).

Na sequência da entrevista, Xaud dispõe sobre como era feita a lotação dos professores. De acordo com ele, a escolha para as devidas localidades (lotação) dava-se por relações de habilidade para com determinadas disciplinas, ou seja, por afinidade. Havia a distribuição daqueles professores que não eram formados em disciplinas específicas, estes, então, eram designados segundo o trabalho e dedicação profissional: “naquela época ainda havia valorização do profissional, então através do mérito, a própria Educação convidava o professor para assumir determinados cargos” (XAUD, 2015).

Dentre os projetos desenvolvidos à época, com a finalidade de desenvolver a Educação no estado, encontra-se o PETEM. Este projeto dividia-se

¹⁹ A avenida Ene Garcez é uma das principais avenidas da cidade de Boa Vista – RR.

em três segmentos: o primeiro segmento defere-se à Educação Básica, o segundo, Ensino Fundamental I e II e o terceiro ao Ensino Médio.

Segundo Xaud, apesar da conjuntura caótica e precária, a educação era mais promissora que a de hoje, porque havia a dedicação de cada profissional.

Então, eu perdi minha paixão pela educação numa era mais liberal, onde a educação se politizou e já não era mais pela competência que alguém seria um diretor ou vice, era quem indicava. Mesmo assim, consegui driblar e passei 16 anos em direção e vice direção, que começou quando mudou pra estado e se intensificou de 1990 pra cá. É claro que não são todos os professores, principalmente esse pessoal do nordeste, geralmente são profissionais muito sérios. Eu considero todo esse período que narrei, mesmo do Período Militar à reabertura política, um período de educação mais verdadeira e mais aplicada, de resultados (1970-1990), depois começa a criar o estatuto do aluno e o aluno pode tudo, até dar em professor. A partir daí o aluno perde o interesse pelo professor, perde o interesse pela educação. Caem os salários dos professores e se vê essa lâstima que está hoje e usamos esse ditado que não é de malícia: “finge que aprende e eu finjo que ensino”. Peguei a época do final do Regime Militar, em que havia Educação Moral e Cívica e OSPB (Organização Social e Política do Brasil) e cheguei a pegar quatro disciplinas por escola. No Penha Brasil, nós tínhamos 40 horas em sala de aula, exatas, e todo o trabalho além, correção de trabalhos, elaboração de provas, eram além das 40 horas. Fazíamos aquilo com muita naturalidade porque o mecanismo era aquele. Sabíamos das condições, não éramos enganados, mas a direção era austera e os alunos eram punidos, com suspensão, expulsão (XAUD, 2015).

Na conjuntura atual, o professor revela que desencadeou uma doença de cuinho psicológico, Síndrome do Pânico, e se sente ameaçado e em situação de insegurança quanto ao contexto escolar. Outros fatores que o desmotivam a continuar como professor, destaca-se a incidência de gestores sem formação, lidando com professores desmotivados, assim como ele, e que, muitas vezes, são inertes aos problemas enfrentados e sem muita perspectiva de promoção de mudança:

Dá até medo você enfrentar, entrar nas escolas porque não é só na periferia, no Centro também ocorre isso. É complicada a relação entre educação e política. Quando eu era diretor de escola, precisava esperar a Secretária de Educação falar com os políticos pra depois ser atendido por ela. Então, hoje, a educação perdeu muito em qualidade, onde eu não colocaria meus filhos, ressaltando as escolinhas da prefeitura, que ainda merecem credibilidade, mas as estaduais estão num estado de anarquia. Para você ter ideia, eu comecei como horista, em 1984, e muitos anos depois, ainda não havia ocorrido concurso.

5.4 A INFRAESTRUTURA DO ESTADO E AS POLÍTICAS DE ATRAÇÃO

À época do ex-território, como já foi dito anteriormente, Boa Vista era uma cidade pequena. A estrutura urbana não viabilizava a condição de potencial atrativo para o habitante local, tão pouco para o migrante. Xaud concorda com Ramos ao relatar que a dimensão territorial da cidade de Boa Vista era muito pequena, a rede elétrica era muito limitada, bem como, a mobilidade. A cidade era restrita:

... aos primeiros anéis ali do centro cívico. A cidade toda consistia naquilo ali. Nessa época, a energia chegava às 18h e às 22 ia embora... finalzinho da década de 1960 e perdurou até a década de 1970. Então, a carência aqui era a maior possível. Não existiam estradas e a forma de sair daqui era por avião da FAB, Força Aérea Brasileira (XAUD, 2015).

A conjuntura política, no então Território Federal do Rio Branco, possibilitava iniciativas de recrutamento de professores, pois no território “havia um apoio financeiro maior (...), estava saindo de um regime ditatorial, o governo era um governo ‘tampão’ (...), eram governadores indicados por Brasília” (CAVALCANTE, 2015). Neste aspecto, Cavalcante discorda com Ramos. O recrutamento de tais professores tinha por objetivo selecionar com recente formação acadêmica.

... professores jovens, sem vício ainda de trabalhar no magistério (...) ele (professor Josemar) foi até a Cidade de Campina Grande, na Paraíba, porque tinha conhecimento de que tinha muita gente jovem formada e sem emprego... e ele fez vários convites e trouxe vários professores que deram suporte para o projeto (CAVALCANTE, 2015).

Segundo o discurso dos entrevistados, a necessidade de contratação de professores de outro Estado deu-se em virtude de insuficiência do quadro local para atender às demandas do Projeto Escola Viva, pois o “quadro de profissionais daqui, já estava esgotado, então, o governo já estava fazendo isso, pessoas com um conhecimento, apesar de não serem da área, eram contratados para serem professores. Temos aí engenheiros que estavam dando aula de Matemática, médicos dando aula de Biologia” (CAVALCANTE, 2015).

Somados à falta de qualificação, o trabalho dos professores, no Território, sofria de outros problemas, causando-lhes empecilhos pela falta de flexibilidade, pois o Ministério da Educação possuía um rígido programa a ser seguido pelas escolas, conforme aponta Ramos:

... o trabalho multidisciplinar (sic) ainda era um tabu; o número de professores com formação superior era muito pequeno. Vivíamos sob a égide do golpe militar de 1964 e, apesar da relativa liberdade que tínhamos,

os “pacotes” eram mais ou menos obrigatórios. A maioria dos programas e dos materiais didáticos vinha pronta do Ministério da Educação. O planejamento era direcionado para os programas prioritários do MEC e a obrigatoriedade de elaborar projetos para essas áreas era, por sua vez, condição para contar com os recursos federais. Por outro lado, isso nos punha em contato com as outras facetas do fazer educação: os prédios, os móveis, os equipamentos, as especialidades pedagógicas, os materiais didáticos, professores. (...) Roraima, como Território Federal, tendo seu governador nomeado diretamente pelo Presidente da República, obedecer muito mais aos desígnios do Governo Central do que aos desejos de seus próprios filhos. Isso resultou na herança política da centralização do poder no Estado e municípios (2007, p. 15).

Ainda sob o aspecto da formação, alguns professores puderam buscar as qualificações que lhe eram disponibilizadas, como o caso dos professores que possuíam apenas Magistério e passaram a ter uma especialização mais aprofundada no magistério através da Universidade Federal de Santa Maria.

No período anterior ao projeto, eram os estados do “Amazonas e o Pará que davam esse suporte (...), os roraimenses saíam daqui para estudar (...) e quando retornavam, mesmo que não fosse da área de educação,” atuavam como professores em áreas afins (CAVALCANTE, 2015).

A infraestrutura do Território era insuficiente pois a gama de profissionais era muito limitada. Assim, surgiu a necessidade de recrutá-los fora do Estado. As iniciativas foram de divulgar as vagas na Paraíba, mais precisamente, em Campina Grande. O desencadeamento histórico aponta que um dos Estados que mais exportou trabalhadores foi, sem dúvida, a Paraíba.

5.5 UMA NOVA DIREÇÃO: O Projeto Escola Viva

Conforme informa Cavalcante, seu ingresso no Projeto Escola Viva partiu de um convite, do então diretor da Ana Libória, no ano de 1984.

O diretor tinha um projeto chamado Escola Viva, baseado nas Teorias de Paulo Freire, para integrar a comunidade ao ensino (...). A escola Ana Libória estava situada num lugar pobre, no início de popularização, tinha poucos moradores, a maioria eram migrantes nordestinos de baixa renda. Então ele (o diretor) achou bom que tivesse um projeto adaptado à realidade da comunidade, então ele se inspirou em Paulo Freire. Assim ele idealizou o projeto de Escola Viva para trabalhar a educação da comunidade a partir do que havia na comunidade. Como tinha interesse no projeto Horta Escolar, eu, com formação em agropecuária, fui convidado (CAVALCANTE, 2015).

Após elencada sua candidatura à vaga de docente na escola Ana Libória, partiu-se para realização do processo de avaliação de aptidão ao cargo, suas condições enquanto professor. Em tal perspectiva o nome do dele foi submetido ao Conselho Territorial de Educação (CTE), o qual era eleito pela Secretaria de Educação. “O Conselho fazia em reunião fechada, sem a presença do interessado, e decidia a respeito da capacidade do profissional que estava ali na área” (CAVALCANTE, 2015).

A partir da análise por parte do CTE, Cavalcante foi autorizado a lecionar, à época, Técnicas Agropecuárias, porém o trabalho tinha predominância na área de horticultura. O objetivo do projeto Horta Escolar era ter uma horta própria na escola, além de despertar nos alunos o interesse pelo cultivo de hortaliças em suas casas, junto a suas famílias.

Os processos de seleção durante tal período ocorriam, sobretudo, através de entrevista e outras por nomeações. Trabalhar no serviço público, conforme Cavalcante “era muito bom, muito melhor que hoje, pois tínhamos material, apoio da direção da escola, os alunos respeitavam os professores” (XAUD, 2015).

A década de 70 e 80 foi marcada por um intenso fluxo de migrantes em razão da grande quantidade de vagas de emprego. Havia muita oferta, principalmente, nos serviços básicos: educação, saúde, construção civil, agricultura em razão da iminente necessidade de desenvolvimento do, então, Território Federal.

Nesta conjuntura, gerou-se um grande fluxo de professores, sobretudo da Paraíba, os quais passavam por uma seleção para trabalharem no Território, atendendo às demandas locais compostas, sobretudo, por filhos de imigrantes, nas escolas de Ensino Médio, até então, Camilo Dias, Gonçalves Dias e Ana Libória. (CAVALCANTE, 2015).

E, então, por volta dos anos 1980, houve a imigração, uma corrida por conta do serviço público que era bom nesse tempo. Boa Vista virou uma Paraíba, era muito paraibano. Boa Vista teve muitos imigrantes no nordeste como um todo, mas muito mais da Paraíba. O governo na época tentou contratar gente daqui mesmo (SARAIVA, 2015).

O quadro local de professores não cobria a necessidade originada a partir da construção de novas escolas. Depois que terminava a Escola Normal, o docente já estava praticamente empregado devido a necessidade, porque as pessoas não

eram habilitadas, além daquelas que já estavam se aposentando. O curso normal era o Magistério.

Com a chegada dos professores paraibanos, os profissionais que possuíam o Magistério foram direcionados para ministrar suas aulas apenas nas séries iniciais (hoje, Ensino Fundamental I), deixando as séries de nível mais alto (Ensino Fundamental II e Médio) para aqueles que estavam chegando da Paraíba.

O então governador do Território, Ottomar de Souza Pinto, adotou políticas de atração de tais profissionais. A informação sobre a oferta de emprego circulava a partir de diversos canais: a propaganda “boca a boca”, carro de som, *outdoors*, escritório, entre outros.

Ottomar chamava mesmo. Uma moça me contou que ele fazia propagandas com o carro de som no nordeste. O carro passava o dia na rua, com alto falante, chamando as pessoas, tinha até um escritório para aqueles que quisessem vir pra cá se inscrever, cada qual em sua área. Na propaganda tinha cachoeiras lindas do Uiramutã, muita terra. Então as pessoas viam água e terra e ficavam tudo apaixonado. A moça disse: nós tínhamos um pedacinho de terra onde morávamos, vendemos e viemos embora pra cá. Ottomar loteou uma fazenda, a Santa Fé, e distribuiu lotes de terra. Dava R\$ 400,00 por mês para cada família, deu material para fazer a casa e o poço e as sementes para plantar. Mas a terra não tinha água (COSTA, 2016).

Dentre os principais empregos ofertados, encaixavam-se os da área da educação, em especial, de professores. Esta onda de migração de professores pode ser dividida em três períodos, e geraram novas iniciativas de recrutamento: recrutamento tímido, recrutamento moderado e recrutamento intensificado²⁰.

A primeira onda de migração englobou as primeiras iniciativas de recrutamento, bem como os primeiros resultados. Após realizados os primeiros chamamentos, teve-se a primeira leva de professores, os quais chegaram e analisaram as condições reais de trabalho, em razão da proposta realizada no ato do chamamento.

Alguns gostavam e ficavam. Outros não voltavam e diziam lá (no Nordeste) que aqui não era bom. Ottomar tinha o sonho de transformar isso aqui em Estado e conseguir se eleger. Havia uma casa na Júlio Bezerra para abrigar os professores (SARAIVA, 2015).

²⁰ Termos criados pela autora.

Conforme cita Saraiva, após a chegada destes primeiros professores, houve o processo de adaptação. Uma parte desses professores ficou satisfeita e decidiu permanecer. Em contrapartida, outro grupo de professores não se adaptou às condições oferecidas. Ao retornarem para a Paraíba divulgaram essas desfavoráveis condições.

Tal postura desencadeou um processo de descrença nos candidatos que possuíam interesse em realizar o mesmo processo migratório para trabalhar no Território, pois a realidade encarada não era condizente às propagandas disseminadas. Assim, reduziu-se o fluxo e foi gerada necessidade de novas iniciativas de recrutamento para dar continuidade ao fluxo.

Apesar disto, segundo Saraiva, aqueles que insistiram em percorrer o caminho da Paraíba à Roraima, “se deram bem, no sentido de que conseguiram trabalhar, muitas escolas novas.” (SARAIVA, 2015).

Houve, então, novo processo de chamamento. A propaganda não oferecia mais apenas a vaga de emprego. Passou-se a oferecer hotel, alimentação e até o recebimento do primeiro salário como garantias de que aqui eles encontrariam melhores condições de vida. Assim, a nova onda valeu-se destas novas garantias como suporte para iniciar os trabalhos docentes.

Na terceira fase, quando houve maior diminuição do fluxo em razão das insatisfações, o processo de recrutamento, conseqüentemente, sofreu maiores transformações. Os candidatos mandavam o currículo para serem analisados e, se aprovados, tinham seu nome inseridos na folha de pagamento. Daí, estes vinham, para Roraima, já com o primeiro salário recebido. Isso potencializou a terceira onda de migrantes.

Eu trabalhava na divisão de segundo grau. Recrutamos muitos professores para as escolas de segundo grau que estava iniciando naquela época. Primeiro era só o Gonçalves Dias, depois veio Ana Libória, Maria das Dores, Camilo Dias. O candidato passava uma semana sem trabalhar e depois já estava trabalhando. O que atraía era a facilidade de se obter um emprego público, era muita gente. Eu era assessora do chefe. Então, entregávamos os currículos para a comissão decidir (SARAIVA, 2015).

A fase de seleção, conforme informa Saraiva, realizava-se a partir da análise de currículos. Tal análise de currículos pautava-se na valorização de aspectos voltados aos cursos na área e experiência, “considerávamos um bom

(currículo) aquele que tinha cursos na área e experiência, apesar que os que vinham não tinham muita experiência”, pois, muitos, haviam acabado de concluir suas graduações.

Conforme chegaram os novos professores, a necessidade foi diminuindo. Como havia a antiga escola de formação de professores (Monteiro Lobato) não havia problema quanto à antiga 1ª a 4ª série. Por isso a necessidade era de professores de áreas específicas: matemática, física, química que tinham contratação certa. Rapidinho era chamado (SARAIVA, 2015).

FIGURA13: FASES DO RECRUTAMENTO DE PROFESSORES MIGRANTES



Fonte: Elaboração da autora.

5.6 A VIDA EM RORAIMA: os professores paraibanos

Conforme informações de Saraiva, sua relação com a educação em Roraima deveu-se a seu interesse particular pela área da docência. Por sempre estar diretamente ligada à Educação, ela surge como referência para a realização deste trabalho, pois acompanhou durante muitos anos o processo de efetivação dos professores, sobretudo dos paraibanos.

Segundo ela, o processo de efetivação dava-se da seguinte forma: uma vez enquadrado, o professor dirigia-se para sala de aula. Na sequência, ele era acompanhado através de uma análise onde eram observadas o seu desempenho como professor.

A Secretaria de Educação dispunha de um pessoal dedicado a esta atividade, sobretudo pela quantidade de escolas que estavam sendo abertas e os profissionais que compunham o quadro, tinham pouca ou nenhuma experiência.

Tínhamos a equipe de supervisão central da Secretaria de Educação que fazia a visita em cada escola a cada 15 dias para assistir as aulas e acompanhar o desenvolvimento dos alunos, e cada escola tinha sua supervisora, então havia muito acompanhamento nas escolas e a maioria era mesmo só habilitação, cada um direcionado para sua área. Analisávamos os currículos e a maioria que entravam eram imigrantes, nessas escolas de outras cidades não tinha nenhum professor de Roraima (SARAIVA, 2015).

5.7 VIVENCIANDO A HISTÓRIA: da Paraíba à Roraima

Costa foi umas das pessoas que presenciou diretamente o processo na Paraíba, surgindo como testemunha direta e indireta de todo processo gerado a fim de desenvolver a educação em Roraima, o que vem corroborar com as informações apresentadas anteriormente neste trabalho.

Quando estudava na Federal de Campina Grande, ouviu a propaganda de recrutamento de pessoas para irem à Roraima.

Nos corredores da cidade tinham umas placas... me lembro como hoje, bom salário e moradia, na época do governo de Ottomar, na década de 1980. Algumas pessoas entravam na sala falando que conheciam pessoas e parentes, como um recado de alguém de Roraima... Olha pessoal, o governo de Roraima está fazendo incentivo a quem quiser morar lá, os profissionais muito carentes. Naquela época não diziam 'um estado', diziam 'um lugar' muito carente e precisa de profissionais, Campina Grande, como é uma cidade universitária, se você tiver amigo ou parente, avise (COSTA, 2016).

Conforme ela relata, havia uma dinâmica de propaganda de Roraima na Paraíba, de modo a promover o recrutamento de profissionais interessados, criando uma rede de comunicação. Dentre tais divulgações, muitas pessoas acreditavam e migravam, já outras desconfiavam das boas propostas e não arriscavam. A entrevistada relata sua experiência na época e seu receio em vir à Roraima.

Nessa época eu não pude vir porque ainda não era formada e estava ingressando na faculdade. Minha mãe era muito doente e eu não tinha coragem de deixá-la. Eu olhava o mapa e achava muito longe, além de não acreditar em tantas vantagens, porque como na Paraíba tudo era difícil, eu imaginava: gente, esse lugar não existe. Eu desconfiava que fosse verdade. (COSTA, 2016).

Eram muitas as situações de pessoas que chegavam à Roraima e não se adaptavam, deslocando-se de volta à terra natal, de modo que viam que as propostas feitas não condiziam com a realidade encontrada. Em outros casos, muitas outras pessoas permaneceram em Roraima e instalaram-se, fixando moradia e constituindo família.

Na entrevista realizada com Costa, ela relata que os que ficaram, conseguiram se estabilizar, firmando-se...

“... como roraimenses, pessoal e profissionalmente, pessoas que se sentem realizadas porque melhoraram também a condição dos que lá ficaram. Conheço o caso de uma moça que tinha uma tia que morava aqui e chamou a moça, que trabalhava lá.” (COSTA, 2016).

De acordo com a entrevistada, existia o relato de pessoas que sequer haviam estado em Roraima para conseguir um emprego. Os grupos de pessoas que voltavam frustrados à Paraíba faziam uma propaganda contrária ao recrutamento. Ao retornarem, falavam das más condições encontradas e da fragilidade das propostas em divulgarem excelentes condições de moradia, trabalho e estrutura, de um modo amplo.

Tal conjuntura desencadeava um reforço à descrença de determinadas pessoas em deslocarem-se para Boa Vista, pois, somada à insegurança de ir para um local desconhecido e distante da estrutura familiar, havia o depoimento de pessoas que passaram por experiências frustrantes no “local” desconhecido. Este contexto exigiu dos recrutadores novas estratégias para convocar e convencer as pessoas.

Assim, se originam os casos de pessoas que antes de se deslocarem a Roraima já tinham garantia de trabalho e salário, conforme relata Costa:

Quando chegou aqui recebeu o pagamento no dia seguinte, começou a trabalhar por nomeação. Pegaram o nome dela e ela foi empregada e diz que quando foi receber ficou assustada com a quantidade de dinheiro pois nunca havia visto tanto dinheiro na vida. Não era como hoje que tem concurso, que tem que fazer provas (COSTA, 2016).

Com todo este panorama, insere-se na onda migratória a entrevistada. A decisão em ir para Roraima não se fundamentou em apenas uma razão. Costa amadureceu durante anos a iniciativa. A mediação do processo de transferência

para Roraima foi realizada por um rapaz, que assegurou excelentes condições quanto às oportunidades de trabalho que ela teria. Os atrasos de salários onde ela trabalhava motivaram a tomada de decisão.

Em razão dos atrasos no salário lá onde morava, decidi vir após grande incentivo e propagandas feitas por um conhecido, em 1998, uma época que, segundo ele, estava havendo grande oferta de empregos, inclusive eu estava perdendo muitas oportunidades, porém a realidade é que 640 professores tinham sido demitidos, que naquela época chamava tabela especial. Meu currículo estava arquivado (COSTA, 2016).

Chegando à Roraima, a senhora Leogete deparou-se com uma realidade que profundamente lhe preocupou: a grande quantidade de desempregados, em razão da mudança de governo, gerou imensa insegurança. Além disso, seu destino não foi a capital Boa Vista, sendo levada ao interior, à cidade de Mucajaí.

Vim pra cá (Roraima) com esforço. Minha mãe juntou umas economias e comprou minha passagem pela Transparaíba, de ônibus até Belém. De Belém vim de avião. Minha maior dificuldade foi me deparar com o que esperava. Haviam dito que era uma coisa e era outra e foi quando me deparei com a realidade. Meu currículo estava no mesmo lugar e ninguém aqui sabia que eu existia. Não consegui o emprego tão rapidamente. A estrutura do local era precária, não tinha banco. O que tinha sido dito pra mim não existia. Não tive oportunidade. As pessoas que eu conhecia não sabia onde estavam. Fui saber dessas pessoas cinco anos depois. Uns estavam em Pacaraima, outros em São Luís, Caroebe e outros interiores (COSTA, 2016).

Desse modo, a chegada dos professores paraibanos, em Roraima, teve muitas reações diversas e adversas, no que se refere à fixação, pois, muitos dos que chegavam eram espalhados por todo o estado.

Eles falavam que tinha moradia garantida. Quem viesse ser professor teria a Casa de Apoio para professores, na cidade e no interior. Ficavam cinco numa casa, quatro na outra casa. Quem se fortaleceu no grupo permaneceu, mas quem tentou sozinho, a maioria voltou porque encontrou muita dificuldade. Alguns vieram e conseguiram uma condição melhor. Os que ficaram conseguiram se estabilizar, ter estrutura, ajudar a família que ficou lá, construindo casa pros pais, pros irmãos, pois a situação, hoje, pode estar bem melhor, mas naquela época não era boa. Tenho amigas que vieram pra cá, na época, e, hoje são do quadro federal e nem sequer concurso fizeram e hoje ainda estão aí, e outros, também, que voltaram, não quiseram ficar aqui. (...) Uma coisa que achei interessante e que inclusive é uma característica de nordestino, de paraibano, é um queria vir e chamava os outros, vinha um comboio. (COSTA, 2016).

A estrutura local comparada à estrutura com a qual Costa estava habituada, em sua cidade natal era muito diferente. A pequena cidade de Mucajaí não lhe oferecia muitas opções em saúde, lazer, aparelho urbano, quanto à pavimentação, iluminação pública, transportes e serviços básicos de habitação e alimentação, entre outros.

Ao chegar, uma coisa que não saía de minha mente, só via pé de manga, manga, manga, manga. Achava muito quente, mas muito ventilado. O que me desesperava eram três coisas: a escuridão da noite, ruas pessimamente iluminadas, postes que não eram de cimento, eram de madeira. Outra coisa que me chamava atenção era a estrutura da casa, com cerquinha de madeira, com um carro e uma parabólica. Na minha cidade, quem tinha uma casa com apenas uma cerquinha de madeira, não tinha dinheiro nem pra comprar uma televisão. Além disso, uma coisa que estranhava, que acho que é até uma questão cultural é que, lá na nossa terra, todo ano tem-se o costume de mandar pintar a casa para chegada do natal, aqui não tinha isso (COSTA, 2016).

A cidade de Mucajaí lhe privava de manter contato com suas amigas que estavam em Roraima e com sua família, que estava no Nordeste. “Não tinha como ter contato, estava sozinha, por conta própria mesmo”. Frente à tal situação, Costa tomou a iniciativa de buscar oportunidades na educação, sua área profissional até conseguir encontrar a saída que buscava.

Fui para uma escola onde a irmã do rapaz que me trouxe trabalhava. Chegando lá, a senhora, que era uma freira, perguntou porque estava aqui. Então, disse que estava a passeio, somente para conhecer. Então, ela perguntou se eu tinha currículo. Quando viu meu currículo disse que eu não iria mais embora de Roraima. Nessa época muda o governo, entra Neudo Campos. Tinham solicitado dela duas professoras para ir para o centro regional. Quando ela pegou meu currículo, viu que eu tinha trabalhado em uma escola de freira que ela também havia trabalhado. No mesmo momento, eu achei incrível... ela pegou o telefone e ligou pro governador e disse: ‘eu libero, Neudo, as professoras que você tá me pedindo aí pro centro regional, se você contratar uma pessoa que está aqui na minha frente e não pode voltar de Roraima’. Isso era abril. Então, ela pediu uma data certa pra eu começar a trabalhar. Então, ela desligou o telefone com um imenso sorriso e disse: filha, você não vai embora. Dia 3 de maio você começa a trabalhar. E assim aconteceu, dia 3 de maio comecei a trabalhar. Nunca imaginei que um telefonema resolveria minha vida (COSTA, 2016).

Assim, Costa conseguiu ser contratada. Seu discurso revelado na frase “Nunca imaginei que um telefonema resolveria minha vida”, referindo-se ao telefonema dado pela freira, revela, claramente como as coisas podiam ser resolvidas facilmente através da política.

É importante ressaltar que foi com base na análise do seu currículo que a freira desenvolveu o interesse em contratá-la, e por isso, o telefonema foi dado e, em razão de sua formação e experiências, ela foi aceita.

Com o seu trabalho, suas alternativas ampliaram-se, surgindo a oportunidade de uma segunda contratação, também, na rede estadual de Educação, no município de Mucajaí.

Com 30 dias ela (a freira) precisou ir pra Itália, então me chamou. Ela me perguntou se eu teria coragem de assumir um novo contrato, pois ela estava viajando. Então, eu assumi todo o Ensino Médio de uma escola chamada Monte Cônio, uma escola que eu tenho muito amor. Era uma escola de referência no Estado (COSTA, 2016).

Com tal iniciação, Costa adentra a carreira educacional em Mucajaí e consegue estabilizar-se profissionalmente no Estado. “Desde que cheguei, sempre trabalhei como professora, nunca mudei meu ramo, no máximo, trabalhei como coordenadora pedagógica”, conforme afirma:

Considero que Boa Vista é meu lugar, minha cidade, onde conheci meu marido, construí minha casa, tive meu filho. Meu filho é Roraimense. Sou a pessoa mais feliz do mundo nesse lugar e me dei conta disso depois de encarar o desafio de vir, enfrentar as dificuldades e ficar aqui. Graças a Deus já contribuí muito com estado e me sinto muito lisonjeada por já ter trabalhado tanto na rede estadual quanto na municipal. Querendo ou não, fiquei conhecida pelo meu trabalho e compromisso com Roraima. Meu sonho é que Roraima consiga ser melhor na educação, consiga avançar (COSTA, 2016).

Quando perguntada à respeito da origem das pessoas que hoje compõem seu círculo de amigos, ela retrata que são de muitos lugares, mas, a maioria, da Paraíba, conferindo a existência de muitos professores paraibanos aqui em Roraima. “No trabalho tem muito paraibano. Meu ciclo de amigos mais próximos é bem misturado também, de Goiania, do Rio Grande do Norte. De família, daqui, somente meu filho e meu marido” (COSTA, 2016).

Ela afirma que admira essa característica de Roraima, o fato de ter muita gente de fora, faz de todo mundo uma grande família. Quando questionada sobre os planos de voltar a morar na Paraíba, ela afirma:

Todo janeiro vou para Paraíba visitar meus irmãos, mas não pretendo voltar a morar lá, porque, mesmo sendo onde nasci e gosto de estar, é um lugar que me lembra muito sofrimento. Trabalhei numa cidade lá chamada Patos e fiz concurso pra professora lá e nunca fui chamada. Alguns meses depois,

o sobrinho do prefeito veio a ser meu aluno de reforço (para eu complementar a renda) porque precisava fazer uma prova em Recife. Daí ele me falou: professora, o município era pra investir em profissionais como a senhora e eu nem sabia que ele era sobrinho do prefeito. Daí eu lhe falei assim: meu filho, rede pública aqui é complicado. Daí eu contei a história do concurso, que procurava meu nome na lista, estava em primeiro lugar, mas nunca fui contratada. Na cidade que nasci, eu dei aula para todas as minhas colegas, elas passaram no concurso e eu não. Então, eu não tenho vontade de voltar pra lá. Meu filho me pergunta se eu não tenho vontade de morar em João Pessoa, mas eu digo que, talvez, seja possível comprar um apartamento na praia pra ficar a passeio (COSTA, 2016).

Conforme exposto por Costa, suas experiências iniciais em Roraima não eram propícias a um bom desempenho profissional. O que factualmente colaborou para sua estabilização em Roraima foi a forma como decidiu enfrentar as situações adversas e buscar os meios para reverter o quadro, ao contrário de muitos que chegaram a Roraima e decidiram retornar à Paraíba.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As palavras, por mais isoladas que pareçam, trazem de fato, uma multidão de vozes que ali ecoam. Cada um que lê uma história pensa ser a sua própria história e encontram refletidas nas palavras do texto lido suas próprias emoções, sentimentos, verdades e visão de mundo.

Roraima, particularmente, Boa Vista, é um espaço que pode ser entendido como um “Brasil diferente” tanto nos aspectos geográficos quanto nos aspectos sociais, pois, na ocupação de Roraima, pode-se observar algumas particularidades, mesmo com relação à própria região Norte, pois foi o espaço brasileiro em que mais tardou a chegada do homem branco.

Fez-se indispensável a elaboração de um conjunto de hipóteses que relacionassem os volumes migratórios ao tipo de desenvolvimento da área analisada que permitiram explicar o motivo das variações ocorridas no indivíduo, no decorrer do tempo e no espaço geográfico, proporcionando, assim, uma discussão sobre a territorialidade. O processo migratório surgiu como um fator que provocou alteração na vida das pessoas, tanto para quem recebeu o migrante quanto ele próprio, num processo de adaptação.

Nesta perspectiva, a presente pesquisa teve como objetivo analisar o desencadeamento do processo de migração dos professores paraibanos para Boa

Vista- RR, decorrente das políticas públicas, estabelecidas a partir da transformação do Território em estado de Roraima, iniciada no final dos anos 1970 e 1980.

As contribuições teóricas acerca dos fenômenos migratórios trazem uma reflexão acerca da conjuntura da migração, sobretudo dos fatores condicionantes de atração e propulsão. Neste ensejo elenca-se uma reflexão acerca de tais elementos atrelada à realidade das migrações Paraíba-Roraima, ao longo das décadas de 1970 e 1980.

Conforme as discussões teóricas, a “lei da distância” classificava os deslocamentos como sendo de curta ou longa distância. A título da presente análise, nota-se que a migração realizada pelos professores paraibanos pode ser classificada como de *longa distância*, realizada tanto por homens quanto por mulheres, envolvendo grandes custos, tanto de ordem material quanto psicológica, em busca de informação e adaptação, gerando o aumento da incerteza em relação ao local de origem (Boa Vista).

Observa-se que quanto ao meio de locomoção, os primeiros migrantes enfrentaram dificuldades, pois o trajeto dava-se exclusivamente via aérea, até a construção da BR-174, sendo apontado como elemento que dificultava o processo de migração, ao passo que o desenvolvimento da indústria e do comércio não foram, necessariamente, fatores condicionantes, dadas as condições encontradas por muitos professores de pouco ou nenhum desenvolvimento do local. Entretanto, conforme defende Ravenstein, o fator econômico foi o principal impulso desencadeador dos fluxos migratórios.

Conforme os princípios compuseram o quadro das “leis de migração”, tendo como foco a expansão do sistema produtivo capitalista e a conseqüente mão de obra, pode-se concordar que a migração se deu por meio do excedente de trabalhadores em busca de melhores salários. Porém há de se verificar a inversão da lógica quanto as condições locais. A migração não ocorreu de regiões menos desenvolvidas para centros mais dinâmicos, no que se refere à indústria e ao comércio, pois os migrantes abriram mão das estruturas urbanas das quais dispunham para inserirem-se em uma região com infraestrutura inferior, muitas vezes, de forma inconsciente.

Segundo Peixoto (2004), os cálculos relativos às quantidades das migrações direcionam-se aos supostos básicos da perspectiva neoclássica, como as

diferenças salariais, as oportunidades de emprego, o cálculo racional do indivíduo entre permanência e mudança, os custos de um e do outro lugar e as correntes migratórias que influenciam na decisão individual. Tais elementos, sobretudo, o de diferenças salariais e oportunidades de emprego, contribuíram decisivamente para o processo de tomada de decisão dos professores migrantes paraibanos para deslocarem com destino às terras do Rio Branco.

Desta feita, aponta-se a relação estabelecida pelo salário dado, entre um local e outro, como fator impulsionador do deslocamento das regiões em que o salário é inferior (Paraíba) a migrar para outras regiões onde a remuneração é oferecida sob melhores condições (Roraima), sendo, assim, chamados de *fluxos de trabalho*.

À luz da análise de Ravenstein, elencam-se os fatores que atraíam (*pull factors*) ou repeliam (*push factors*) os indivíduos de determinada área.

Assim fatores ligados à pobreza, desemprego, desastres naturais, entre os elementos classificados como *push factors*, podem ser apontados como presentes no fenômeno estudo, dos professores paraibanos. Já entre os *pull factors*, identificam-se os que se referiam às melhorias na condição de vida, como ofertas de emprego, padrão social, relações familiares e clima.

Na tomada de decisão pelo migrar, a estrutura familiar surgiu sim como um fator decisivo o fator alguns agregados terem um cônjuge e filhos que deseja manter em união, lhes impediu de deslocar-se, pois, segundo as entrevistas concedidas, nota-se que determinados candidatos à migração optaram manter a estrutura familiar original, numa questão que envolve identidade e até a cultura.

Sobre a importância dos contatos e das informações que o indivíduo dispõe sobre o local de destino, na qual a teoria do capital social ou das redes confere a importância do apoio de familiares e/ou amigos que já se encontram no local para onde este deseja migrar para conceder informações sobre os possíveis riscos decorrentes da migração e neles encontram apoio financeiro e afetividade da identidade coletiva e cultural do território de origem, observam-se quatro lógicas de influência dos canais de informação sobre Boa Vista aos candidatos à migração.

Primeiramente, nota-se que alguns professores migraram motivados pela boa propaganda realizada somente pelos agenciadores, não possuindo nenhum laço familiar com professores que já haviam migrado. Segundo, outros professores

possuíam contato com familiares migrantes e residentes em Boa Vista que lhes proporcionou segurança quanto às condições do local de destino.

O terceiro grupo, comporta aqueles que, apesar da má propaganda realizada por amigos e familiares que conheciam as condições em Boa Vista, decidiram deslocar-se e encarar os impeditivos em busca de melhores condições de vida.

Por fim, a quarta lógica de influência explica as muitas desistências da migração em razão da má propaganda realizada pelas redes de contato dos candidatos.

Tal dinâmica pode ser explicada por Singer quando defende a importância dos laços sociais (redes de familiares, amigos e conhecidos migrantes mais antigos) como fatores condicionantes para a migração, pois, segundo ele, a adaptação do migrante ocorre a partir do suporte de ajuda mútua e de solidariedade de migrantes mais antigos (SINGER, 1980).

Observando as reflexões de Pires (2003), pode-se perceber que as informações adquiridas pelos professores paraibanos surgiram, em alguns casos, como um entrave ao sucesso do processo de migração, pois nem todos tiveram acesso ou capacidade para compreender e discernir sobre os dados que lhe foram dispostos e de operar sobre a realidade que o novo território oferecerá. Elenca-se a ocorrência do fenômeno de frustração, pois surgiram expectativas sobre o território que se projetaram sobre o território desejado (Boa Vista) e não corresponderam à realidade (VELEZ DE CASTRO, 2008).

Constata-se que as ondas de fluxos migratórios Paraíba-Roraima resultaram de escolhas individuais relacionadas aos aspectos econômicos (teoria neoclássica) e também às estratégias desenvolvidas ao pensar no futuro (teoria do capital humano) para alcance de um retorno positivo, principalmente o fator financeiro.

Segundo a égide da Escola Neoclássica percebe-se que a análise dos fluxos de trabalho foi fator na discussão do equilíbrio do mercado de trabalho (BORJAS, 2000), pois o fator de produção surgiu diretamente ligado ao trabalho, ocasionando o desenvolvimento econômico.

Na análise de Keely (2000), a partir das contribuições que a Escola Neoclássica trouxe para os estudos das migrações, observa-se que a migração dos

professores surgiu como resultado do equilíbrio entre as diferenças salariais e as chances dos indivíduos conquistarem um novo e melhor emprego, transpondo as etapas de decisão individual e reflexão sobre os benefícios que tal decisão.

A decisão tomada pelos professores em migrar pode ser classificada como não totalmente racional, em razão dos outros elementos que influenciaram nesta decisão (os custos da viagem, da manutenção, a inserção em outra cultura, a saudade, a territorialização), conforme a análise de Lee (1966).

Porém, observa-se que esses fatores foram suprimidos pelos elementos econômicos, pois a melhoria de salário proporcionada pelo novo emprego, ainda que imbuídos dos gastos obtidos para esta inserção e percebeu-se, em muitos casos, que a situação foi invertida ao longo do processo de estabilização do migrante, pois houve diminuição dos gastos em detrimento do ganho obtido pela nova função laboral, o que gerou a superação dos danos psicológicos dados com a migração, entre outros.

O movimento migratório estudado deu-se para uma localidade que carecia de mão de obra. Tal carência proporcionou mais oportunidades de emprego, ocasionando o equilíbrio entre oferta e procura de um bem (fator produtivo – trabalho). Assim, os professores foram incentivados a migrar pela probabilidade dele conseguir melhor condição salarial, e conseqüentemente, de vida, com a migração.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação e história oral. In: **História n° 14** – Universidade Estadual Paulista. São Paulo, UNESP, 1995.

ARANGO, J. **Las leyes de las migraciones: de E. G. Ravenstein, cien años después.** In: Revista Española de Investigaciones Sociológicas. 1985.

ARENDDT, H. (1987). **Homens em tempos sombrios.** São Paulo: Companhia das Letras.

BACH, R. e SCHRAML, L. Migration, Crisis and Theoretical Conflict, in: R. Cohen (ed.), **Theories of Migration**; Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited. 1982.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BARBIERI, A. F. (2007). Mobilidade populacional, meio ambiente e uso da terra em áreas de fronteira: uma abordagem multiescalar. **Revista Brasileira de Estudos da População.** v. 24, n. 2, jul/dez 2007.

BARROS, Nilson Cortez Crocia. **Roraima paisagens e tempo na Amazônia Setentrional.** Recife: Ed. Universitária, 1995.

BARTHES, Roland [et.al]. **Análise estrutural da narrativa.** Trad. de Maria Zélia Barbosa Pinto. 7. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2011.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia – formação social e cultural.** Valer/ Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

BORJAS, G. **Economics of Migration, International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences**, Section no. 3.4, Article no. 38. 2000.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1987. BRANDÃO, Carlos, R. **Pesquisa Participante.** 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRASIL, Marília Carvalho. A migração interestadual na região norte: a década de 70. CEDEPLAR (1977). Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1996/T96V2A01.pdf>

BRETTEL, C. B.; HOLLIFIELD, J. F. (2000). **Introduction. In: Migration Theory: Talking Across Disciplines.** BRETTEL, C. B.; HOLLIFIELD, J. F. (editores). New York, Routledge, p.1-26, 239p.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Trad. de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Tradução Enid Abreu Dobránszky Campinas: Papirus, 1995.

_____. **A Escrita da história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

_____. **A invenção do cotidiano: arte de fazer. v.1. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008b.**

CORBETT, John. Ernest Ravestein: The laws of migration, 1885. Center for Spatially Integrated Social Science. Disponível em: <<http://www.csiss.org/classics/content/90>> Acesso em 10 mar 2015.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DINIZ, Alexandre M. A.; SANTOS, Reinaldo Onofre dos. **Fluxos migratórios e formação da rede urbana de Roraima**. ABEP, 2006.

FERREIRA NETTO, Waldemar. **Tradição oral e produção de narrativas**. São Paulo: Paulistana, 2008.

FIGUEIREDO, Joana Miranda. **Fluxos migratórios e cooperação para o desenvolvimento: realidades compatíveis no contexto Europeu?** 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional). Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão. Lisboa.

FREITAS, Aimberê. **Geografia e História de Roraima**. Boa Vista: DLM, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em: 19 setembro. 2013.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GASTON, N. e NELSON, D. **The employment and wage effects of immigration: trade and labour economic perspectives**. The University of Nottingham - Leverhulme Centre – Research Paper Series, 2001.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

GOMES, Angela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **La mémoire collective**. Paris, Presses Universitaires de France, 1968.

_____. **Memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: EdUFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HARRIS, J. R.; TODARO, M. P. (1970). Migration, Unemployment and Development: a two-sector analysis. **The American Economic Review**, v.60, n. 1, p.126-142.

JANSEN, Clifford J. **Some sociological aspects of migration**. In: J.A. Jackson (Ed.), Migration, Cambridge, Cambridge University Press, 1969. pp. 60-73.

KEELY, C. Demography and International Migration, in: C. Brettel e J. Hollifield (ed.), **Migration Theory – Talking across Disciplines**; London: Routledge. 2000.

LEE, Everett S. A theory of migration. In Cohen, Robin (Ed.) – **Theories of migration**. Edward Elgar Publishing Company, vol.1, Reino Unido, 1996. pp.14-24.

LINTON, Ralph. **O homem: uma introdução à antropologia**. Tradução Lavínia Vilela. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LOBO JUNIOR, Manoel Ribeiro. Formação e reorganização dos grupos políticos do Estado de Roraima: de 1985 a 1998. Boa Vista, 2008. Monografia (especialização em história regional) – Universidade Federal de Roraima, Curso de Especialização em História Regional.

MAGALHÃES, Dorval. **Roraima – Informações históricas**. Rio de Janeiro, 1986.

MARTINS, Dora.; VANALLI, Sônia. **Migrantes: migração interna no Brasil “bairanos” e “paraibas” – a reforma agrária resolve?**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MASSEY, D. S. (1990). **Social structure, household strategies, and the cumulative causation of migration population**. Index, v. 56, n. 1, spring/1996, p. 3-26.

MASSEY, D., Arango, J. et al. **Theories of international migration: a review and appraisal, population and development review**, Nº 19, p. 431-466. 1993.

MATOS, Ralfo e BRAGA, Fernando. Rede Urbana e redistribuição espacial da população brasileira. **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Ouro Preto: ABEP, 2002.

MATOS, Ralfo. A contribuição dos imigrantes em áreas de desconcentração demográfica do Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Campinas, V.19. nº 1. jan/jun 2002. p.49-74.

MONBEIG, Pier e MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTIEL, Edgar. A nova ordem simbólica: a diversidade cultural na era da globalização. In: SIDEKUM, Antônio (org.). **Alteridade e multiculturalismo**. Ijuí: Unijuí, 2003. p.15-56.

NETO, Giacomo Balbinotto. **Teoria econômica da migração**. UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://ppge.ufrgs/giacomo/arquivos/eco02268/teoria-migracao.pdf>> Acesso em: 10 mar 2015.

NIKOLINAKOS, M., Notes Towards a General Theory of Migration in Late Capitalism, in: R. Cohen (ed.), **Theories of Migration**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited.1975.

NOGUEIRA, Francisco Marcos Mendes.; SOUZA, Carla Monteiro de.; VERAS, Antônio Tolrino de Rezende. **Roraima no contexto das migrações: impressões da (re) configuração espacial entre 1980 a 1991**. XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social. ANPUH, Natal-RN, 2013.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: BAENINGER, R.; BOGUS, L.; JANUZZI, P.; PATARRA, N. **Migração, condições de vida e dinâmica urbana**. São Paulo 1998-1993. Unicamp, Instituto de Economia, IE, Campinas, SP, 1997.

PEIXOTO, João. **As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas**. Socius Working Papers, n. 11/2004, 36p.

PINTO, Luiz. **Antologia da Paraíba**. Rio de Janeiro: Editora Minerva Ltda, 1951. Memorial do IHGP Edição de Comemoração dos 90 anos de Fundação 1905/95 João Pessoa- 1995.

PIRES, Rui Pena. **Migrações e integração: teorias e aplicações à sociedade portuguesa**. Celta Editora, Oeiras, 2003.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero, em **The Battle oh Valle Giulia, Oral history and the art of dialogue**, Madison, The University of Wiscosin, 1997, p. 3-23.

PORTES, A. e BÖRÖCZ, J. Contemporary Immigration: Theoretical Perspectives on its Determinants and Modes of Incorporation, in: R. Cohen (ed.), **Theories of Migration**; Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited. 1989.

PÓVOA-NETO, Helion. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual: novos desafios para a análise. In: **Revista e Experimental**. São Paulo: FFLCH/USP, v.2, mar 1997. p. 11-24.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria; OLIVEIRA, Márcia. **Um toque de clássicos**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

RAMOS, Laymerie de Castro Ramos. Educação: memórias e reflexões. 1 ed. Boa Vista – RR: Advanced. 2007.

RAVENSTEIN, E. G. (1885). As leis da migração. Traduzido de RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration. Journal of the statistical society, 47(1): 167-227. In: MOURA, H. A. (org.). **Migração interna, textos selecionados: teorias e modelos de análise**. Tomo 1: 19-88. Fortaleza: BNB, 1980.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. Apresentação da formação histórica da sociedade e economia roraimense. In: Pensando e preservando o olhar histórico, socioeconômico e político de Roraima. Manaus/AM: Edições UEA/Editora Valer, 2008.

ROSA, Pablo; SONNI, Rodrigo. **Sociologia Política**. Curitiba: IFPR, 2012.

SALIM, Celso Amorim. Migração: o fato e a controvérsia retórica. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. 1991. Campinas: ABEP, 1992. p. 119-144.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. Políticas públicas, economia e poder. O Estado de Roraima entre 1970 e 2000. Belém, 2004. 270f. Tese (Doutorado em História). Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará.

SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de Oliveira. Teoria das migrações internacionais. In: **XII ENCONTRO NACIONAL DA ABEP**, 2000, Caxambú. Anais..Caxambú: APEB, 2000. p. 1-19.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero uma categoria de análise histórica**. 3 ed. Recife: SOS CORPO, 1996.

_____. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.) **A Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unicamp, 1992.

SIDEKUM, Antônio (org.). **Alteridade e multiculturalismo**. Ijuí: Unijuí, 2003.

SINDER, Valter. Considerações sobre a antropologia e literatura: o ensaio como escrita da cultura. In: OLINTO, Heidrun Krieger & SCHOLLHAMMER, Karl Erick (Orgs.). **Literatura e Cultura**. Rio de Janeiro: Ed. EDUC PUC-Rio, São Paulo: Loyola, 2003, p. 29-36.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense. 10^o ed. 1985.

_____. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: BNB. ETENE. **Migração interna: textos selecionados**. 1t. Fortaleza: ETENE, 1980.

SJAASTAD, L. A. (1962). The Costs and Returns of Human Migration. **The Journal of Political Economy**, v. 70, n. 5, Part 2: Investment in Human Beings, out/1962, p. 80-93.

SOARES, Weber. **Da metáfora a substância: Redes Sociais, Redes Migratórias e Migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG. 2002.

SOUZA, Carla Monteiro de Souza. **História, memória e migração: processos de territorialização e estratégias de inserção entre migrantes gaúchos radicados em Roraima**. 2004, 309f. Tese, (Doutorado em História) – História das Sociedades Ibero-americanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004.

SOUZA, Carla Monteiro de. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXXII, n. 1, p. 199-207, junho 2006.

SOUZA, Elerson Tarcísio de; SILVA, Marcílio Coelho Libôa da; MELO, Narcisa Helena Pessoa Lanna de. **Manual para elaboração e normalização de trabalhos acadêmicos conforme normas da ABNT**. Belo Horizonte: UniBH, 2012.

TODARO, M. P. (1969) A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos. In: MOURA, H. A. (org.), **Migração interna: textos selecionados**, Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p.145-172, 722p.

VAINER, Carlos B. Deslocamentos compulsórios restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, 10, 1998. Anais... ABEP, p. 819-835, 1998.

VALE, Ana Lia Farias. **O “Ceará em Roraima”**: Migração de cearense 1980 a 1999. Dissertação de mestrado apresentado ao programa de Pós-graduação em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Fortaleza Ceará, 2001.

_____. **Migração e territorialização**: as dimensões territoriais dos nordestinos em Boa Vista/RR. Presidente Prudente/SP, 2007. 268f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista do Campus de Presidente.

_____. **Nordeste em Roraima: migração e territorialização dos nordestinos em Boa Vista.** Editora da UFRR, 2014.

VELEZ DE CASTRO, Fátima. Imigração e desenvolvimento regional: breve reflexão teórica para uma aplicação prática. **Iberografias**, nº4, AnoIV, CEI, Guarda, 2008a, pp.95-108.

_____. A Europa do Outro – A imigração em Portugal no início do séc.XXI. **Estudo do caso dos imigrantes da europa de leste no concelho de Vila Viçosa.** ACIDI – OI, Col.Teses, nº16, 2008b.

WEBER, Max. **Economia e sociedade.** Brasília: EdUNB, 1988, v. 1, p. 3-35 e 139-160.

_____. **Coleção Os Pensadores.** São Paulo. Abril Cultural: 1980.